



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JÚLIA ISOTTON

**“QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA**

O debate sobre seus fundamentos sócio-históricos desde o Serviço Social

Florianópolis  
2021

JÚLIA ISOTTON

**“QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA**

O debate sobre seus fundamentos sócio-históricos desde o Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Augusto de Paiva

Florianópolis, 2021.

Júlia Isotton

**“Questão Social” brasileira:  
O debate sobre seus fundamentos sócio-históricos desde o Serviço Social**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 05 de outubro de 2021.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva,  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Heloísa Teles,  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Mirella Farias Rocha,  
Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

Assim como Benedetti contou a Galeano, revelo aqui meu profundo agradecimento às minhas cinco chaves, de cinco casas, de muitos cinco amigos, que por toda vida me salvaram e, agora, no desafiante processo de escrita do TCC, não deixou de ser.

À Gilberto, Salete, Francine e Caetano. Sou infinitamente grata ao carinho de minha família, que abriu caminhos e foi base para que eu pudesse ingressar na universidade e principalmente escrever este trabalho. Mesmo longe, foi seu apoio que me oportunizou participar ativamente do Movimento Estudantil e bater de frente com a realidade antes nebulosa.

Mando graças às amigas que conheci ainda nova na serra gaúcha e nunca mais desencontrei, são elas Luana, Marina, Nicole, Roberta, Victória P., Júlia, Kamila, Victória K., Samanta e Cláudia. Obrigada por me incentivarem, por ficarem, por mudarem, e principalmente por correrem montanhas para crescermos juntas.

Agradeço a experiência de ter sido parte da história do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, especialmente nos nomes de Mariana, Fernanda, Luísa, Mayara, Kauana, Godim, Giulia, Luana, Carmel, Ícaro, Larissa, Chaiane, Martina, Márcio, Beatriz, Júlia C., Maria Júlia, Karlan, Lara, Bruna, Amanda, Mônica, Júlia S., Roberta, Lucas, Daniele e Isadora. Junto deles me formei militante e construí o Projeto ético-político como práxis, me reconhecendo nas lutas dos estudantes do Brasil inteiro por uma universidade verdadeiramente popular voltada às necessidades de seu povo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus camaradas de toda a parte que, contra a maré, deram sentido à investigação da realidade latino-americana, me lembrando nos momentos de dificuldade (que não são poucos) do compromisso com a transformação radical da sociedade ao lado de nossa classe. Em tempos de barbárie escrachada, a União da Juventude Comunista foi instrumento de revolta e organização, que manteve meus pés no chão e a esperança no horizonte que, sem dúvidas, alcançaremos. Os nomes são intermináveis.

Se vim para Floripa por conta do mar, fiquei foi pela amizade de Eduarda, Sofia, Brenda, Débora, Maurício, Andrey, Marie, Mayara, Luiza e Laurielle. Com vocês vivo em casa, nas alegrias e tropeços do dia a dia que me mantém seguindo para errar diferente e melhor.

Por último e tão importante, agradeço à orientação paciente e cuidadosa de Beatriz e ao Grupo Veias Abertas, por me instigar inquietações que compartilho a seguir, já esperando o debate.

*Cambia lo superficial  
Cambia también lo profundo  
Cambia el modo de pensar  
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años  
Cambia el pastor su rebaño  
Y así como todo cambia  
Que yo cambie no es extraño*

*Pero no cambia mi amor  
Por más lejos que me encuentre  
Ni el recuerdo, ni el dolor  
De mi pueblo y de mi gente*

*Lo que cambió ayer  
Tendrá que cambiar mañana  
Así como cambio yo  
En esta tierra lejana*

*Cambia, todo cambia.*

*Mercedes Sosa*

## RESUMO

O trabalho objetiva refletir acerca da importância do estudo da “Questão social” brasileira para o Serviço Social, analisando sua constituição no processo particular de formação sócio histórica. Realizou-se pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, orientada pela teoria social crítica e o acúmulo de autores da área do Serviço Social, do pensamento social brasileiro e da Teoria marxista da dependência (TMD). O texto divide-se em três partes. Primeiramente busca contextualizar o surgimento da “questão social” como fenômeno e categoria alçada por diferentes sujeitos políticos. A segunda parte sistematiza os fundamentos do processo particular de formação sócio histórica da América Latina e especificamente do Brasil, no âmbito do Estado e dos conflitos que o circunscrevem. Por fim, analisa o contexto da institucionalização do Serviço Social na divisão social do trabalho, a partir das requisições profissionais e das possibilidades movidas pelo assistente profissional desde o processo de renovação. Em conclusão retoma-se os elementos acerca das raízes da “questão social” brasileira e sua atualidade, reafirmando o projeto profissional no enfrentamento às suas expressões.

**Palavras-chave:** Questão Social. Serviço Social. Formação sócio-histórica. Capitalismo dependente.

## ABSTRACT

This work reflects the importance of the Brazilian “Social Question” study to Social Services, analyzing its constitution in the particular processes of the social-historical formation. Qualitative bibliographic research was conducted, guided through social critic theory and the extent of Social Services authors, of Brazilian social thinking and the Marxist theory of dependence (MTD). The text is divided in three parts. First it seeks to contextualize the emergence of the “Social Question” as a phenomenon and category of competence of different political subjects. The second part systematizes the fundamentals of the social-historical formation, particular processes of Latin America and specifically of Brazil, within the scope of the State and the conflicts that circumscribe it. At last, analyses the context of the institutionalization of Social Services on the social division of labor, from the professional requisitions and the possibilities moved by the professional assistant since the renovation process. In conclusion, the work resumes the elements belonging to the roots of the Brazilian “Social Question” and its present, reaffirming the professional project of confrontation of its expressions and the fight for overcoming it.

**Keywords:** Social Question. Social Work. Social-historical Formation. Dependent capitalism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABEPSS** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

**CEAS** Centro de Estudos e Ação Social

**CFESS** Conselho Federal de Serviço Social

**CELATS** Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social

**CRESS** Conselho Regional de Serviço Social

**ENESSO** Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

**EUA** Estados Unidos da América

**FMI** Fundo Monetário Internacional

**LGBT+** Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e mais

**OEA** Organização dos Estados Americanos

**TMD** Teoria Marxista da Dependência



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 A “QUESTÃO SOCIAL”: GÊNESE E RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>10</b>
2.1 <i>A gênese da “questão social”: categoria e determinantes gerais</i>	10
2.2 <i>“Questão social” na ordem monopólica e as condições para a emergência da profissão</i>	18
<b>3 PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA</b>	<b>28</b>
3.1 <i>Acumulação primitiva na América Latina</i>	28
3.2 <i>A transição para o capitalismo dependente</i>	31
3.3 <i>Relação capital/trabalho e o Estado</i>	35
<b>4 A “QUESTÃO SOCIAL” E O SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>40</b>
4.2 <i>Requisições profissionais frente à “questão social”</i>	41
4.3 <i>Possibilidades a partir do processo de renovação</i>	44
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da crise capitalista e sanitária que se impõe mundialmente e de forma particular sobre o Brasil, o contexto em que essa pesquisa se insere é de avanço irrestrito do capital sobre o trabalho. Prepondera por um lado a concentração cada vez maior do capital financeiro como riqueza na mão de poucos, e por outro a morte, o desemprego, a fome, a informalidade, o trabalho desprotegido, as contrarreformas, uma dívida pública exorbitante, a violência sistemática contra a população negra, periférica e LGBT+, o encarceramento, o ataque sobre os indígenas e seus territórios, a crescente criminalização sobre os movimentos sociais, a desmobilização das grandes centrais sindicais e, sobretudo, a revolta popular, que ainda carece de organização e radicalidade. Tendo em vista o cenário e passados mais de vinte anos da publicação da Revista *Temporalis* sobre a “Questão social”<sup>1</sup>, tal categoria segue pertinente para explicar esse conjunto de fenômenos que à primeira vista podem parecer isolados, mas que nos levam ao começo do desenvolvimento desta sociedade. Esta é a reflexão proposta neste trabalho.

A discussão acerca da “questão social” foi fundamental no processo de renovação do Serviço Social, contexto em que ganha centralidade na formação acadêmica e que ainda segue estimulando o interesse de pesquisadores dentro e fora da profissão, trazendo diferentes concepções que vão incidir no debate e prática do Serviço Social. Na perspectiva aqui adotada, compreende-se que a acumulação da miséria em relação à acumulação do capital é a raiz da chamada “questão social”, que envolve um conjunto de expressões que só podem ser analisadas no contexto da sociedade capitalista e das mediações do Estado, considerando sua gênese comum na generalização do trabalho assalariado sob controle do capital, que produz a riqueza social e ao mesmo tempo a apropriação privada desta.

Parte-se do pressuposto de que o assistente social, envolvido nesta trama complexa da realidade social que se agudiza na atual conjuntura, ganha legitimidade ao responder às necessidades colocadas pelos diferentes sujeitos históricos em confronto, ao passo que sua intervenção atende não só à reprodução da ordem burguesa na garantia das condições gerais do processo de produção capitalista, mas tem a potencialidade de fortalecer, pela mesma atividade, os interesses das classes despossuídas dos meios, na sua luta pela riqueza socialmente produzida

---

<sup>1</sup> O uso das aspas em todo o texto decorre da concordância com Netto, quando este relaciona o desenvolvimento do uso da expressão “questão social” com a tomada de consciência política do proletariado, durante a Revolução Francesa, acerca do antagonismo de interesses entre as classes fundamentais e de que a chamada “questão social” só seria efetivamente resolvida com a derrubada da ordem burguesa. Desde então, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador (2001, p. 44), o que será abordado ao longo do texto.

e pelo poder. Tal concepção assimila o debate feito pela profissão na construção do Projeto ético-político nas últimas décadas e incide na defesa de seu aprofundamento.

A motivação sobre o tema abordado também é fruto de incansável curiosidade militante, principalmente advinda da trajetória nos espaços da Executiva Nacional dos Estudantes desde o início da graduação, bem como do interesse estudantil pela investigação da realidade, impulsionado pelos estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo Veias Abertas e da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência*, onde me aproximei do debate acerca da questão latino-americana, descobrindo a dimensão dialética entre passado e presente, sendo o último inquestionavelmente passível de transformação radical.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da importância do estudo da “questão social” brasileira para o Serviço Social, analisando sua constituição no processo particular de formação sócio histórica brasileira. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, que se mostrou mais apropriada para a interpretação e análise do objeto, visto a dificuldade de mensurar quantitativamente a importância do estudo da “questão social” para uma profissão. Assim, abordou-se os significados atribuídos pelos indivíduos e sujeitos coletivos em suas ações no âmbito das relações sociais capitalistas (MINAYO, 2009), isto é, as questões históricas, sociais e ideológicas, que incidem sobre o desenvolvimento do Serviço Social e seus posicionamentos frente à complexa trama da realidade social, na qual me incluo (CHIZZOTI, 1991).

À luz do marxismo, do acúmulo de autores das ciências sociais, principalmente da área do Serviço Social, bem como do pensamento social brasileiro e dos pensadores da Teoria marxista da dependência (TMD), o texto se divide em três partes, salvo as conclusões, que buscam contextualizar, analisar e trazer elementos ao debate. No primeiro momento, busca-se contextualizar o surgimento da “questão social”, em especial na Europa, onde o marxismo emerge, como fenômeno historicamente determinado e como categoria alçada por diferentes sujeitos políticos, materializando inclusive a institucionalização do Serviço Social na divisão social do trabalho. Dando seguimento à discussão, a segunda parte é uma tentativa de sistematizar os fundamentos do processo particular de formação sócio histórica da América Latina e especificamente do Brasil, no âmbito do Estado e dos conflitos que o circunscrevem. Já a terceira, aborda as requisições profissionais frente à “questão social” e das possibilidades que, nesse sentido, se desenham pelo assistente social desde o processo de renovação. Por fim, as considerações finais retomam as principais ideias do trabalho, reafirmando a atualidade do Projeto ético-político no enfrentamento à “questão social” e indicando elementos da discussão

a serem aprofundados posteriormente.

## 2 A “QUESTÃO SOCIAL”: GÊNESE E RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Na realidade cotidiana, os fenômenos identificados como “desigualdades sociais” aparecem de modo a esconder os processos pelos quais se produzem e reproduzem, e embora muito tenha se avançado nas últimas décadas em termos de elaboração teórica, na área do Serviço Social ainda há uma tendência a desatrelar tais expressões da dinâmica da sociabilidade do capital. Nesse sentido, passa por aí o começo da discussão sobre a “questão social” brasileira, identificando na lei geral da acumulação capitalista formulada por Marx suas determinações concretas, que nos possibilitam analisar o contexto determinado em que o assistente social é requisitado como profissão na divisão sociotécnica do trabalho.

### 2.1 A gênese da “questão social”: categoria e determinantes gerais

Embora seja difícil indicar com exatidão o período de intermitência dos fenômenos sociais, é ponto praticamente unânime entre os autores que a expressão “questão social” surge por volta de 1830, sendo utilizada por distintas orientações políticas para explicar o fenômeno oriundo da primeira onda industrializante na Inglaterra: o pauperismo. Embora a desigualdade existisse há longa data – sendo a pobreza comum em sociedades anteriores que sofriam com a escassez devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas –, a pauperização absoluta dos trabalhadores é algo totalmente novo, pois “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Além disso, sua definição está diretamente ligada a reação dos sujeitos diante da condição a que são submetidos:

Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social. (NETTO, 2001, p. 43)

De acordo com Santos (2012), para compreender o processo de pauperização e as lutas sociais que se desdobraram com sua acentuação no século XIX na Europa, se faz necessário retornar ao período de transição entre feudalismo e capitalismo, denominado por Marx de “acumulação primitiva do capital”. A “pré-história do capitalismo”, situada na Inglaterra entre o fim do século XV e o começo do século XVI, que representou a criação do “trabalhador livre” devido a alta do preço da lã e a possibilidade dos senhores ganharem mais dinheiro com a

transformação da terra cultivada pelos camponeses em pasto para as ovelhas:

Os conhecidos “cercamentos” das terras se fizeram objetivando gerar uma oferta de trabalho adequada às necessidades do capital que, para dar lucro, precisa, necessariamente, explorar a força de trabalho. Ante os níveis de desemprego atuais chega a ser difícil imaginar que algum dia a oferta de força de trabalho tenha sido um problema para os capitalistas. No entanto, devemos lembrar que, nesse momento, o acesso à terra por parte dos camponeses supria suas necessidades de modo que era preciso apartá-los desses meios de produção para que estivessem dispostos a trabalhar em troca de um salário. (SANTOS, 2012, p. 32)

Tendo em vista a diminuição dos impostos arrecadados dos camponeses e o risco que as ações reativas dos agora desempregados representavam à ordem, a Coroa – ordem feudal-aristocrática - inicialmente criou leis para conter os excessos da prática dos cercamentos. Entretanto, com a reforma protestante que também confiscou o direito dos camponeses a uma parte dos dízimos da Igreja e com o decorrer das revoluções Inglesa e Francesa, a política de cercamentos ganha o Parlamento, ao passo que as aspirações da burguesia se consolidam de forma dominante na reestruturação do Estado em termos liberais (HUBERMAN, 1976, p. 160 apud SANTOS, 2012, p. 32).

A cooperação e a manufatura foram formas históricas sobre as quais se deu o desenvolvimento do capitalismo. O desatrelamento dos trabalhadores em relação aos meios de produção significou, a partir da divisão do trabalho e de base técnica ainda artesanal, a associação de vários deles no processo produtivo de uma mercadoria específica comandado por um mesmo capitalista que dispõe da propriedade privada dos meios:

Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma do salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 39)

Com efeito, Marx expõe que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (1988, p. 45), se referindo especialmente ao trabalhador, que para sobreviver aparece como vendedor de sua capacidade de trabalho, por um tempo e salário determinados, à outro que detém o capital. Este processo incute determinadas características sociais aos sujeitos que a realizam, de forma que o capitalista e o trabalhador se mostram como personificações do capital e do trabalho, ao passo

que afirmam seu protagonismo (IAMAMOTO, 2001, p. 13), pois:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se produzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. Assim, a produção social não se trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 30)

Por isso, cabe destacar que a mercadoria e o dinheiro são apenas formas através das quais o capital se expressa, formas que também encobrem e mistificam os verdadeiros processos que as constituem, em que “a classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência” (Op. cit., p. 48). Nessa relação, de modo antagônico, o capitalista orienta a produção de mercadorias com a finalidade de extrair mais valia<sup>2</sup>, e não para satisfazer as necessidades sociais da humanidade, sendo necessário a este apropriar-se cada vez mais do tempo de trabalho excedente no ciclo produtivo.

Ademais, salienta-se que tais mudanças na forma de vida e trabalho não ocorreram de forma natural, implicaram descontentamento dos antigos camponeses e exigiram respostas do Estado. Ainda nesta fase inicial, fica claro como o poder da classe dominante já está “simbioticamente instituído no aparelho estatal, que em sua expressão moderna burguesa sanciona seu principal fundamento, qual seja, a propriedade privada, subsidiariamente associada ao trabalho livre, porém, assalariado” (ENPESS, 2018a, p. 4). Na mesma direção, sobre o progressivo processo político-jurídico de regulação que será mesclado às políticas sociais, cabe ainda ressaltar:

Assim sendo, as “escolhas” que se colocavam no horizonte desses sujeitos incluíam, além do assalariamento, a mendicância, a “vadiagem” ou mesmo a ladroagem, largamente utilizadas como formas de resistência às novas relações sociais emergentes. Quanto a isso, desde o século XV foram sendo promulgadas leis [...] que coíbiam tais fenômenos, impelindo os desempregados ao trabalho assalariado com a utilização de instrumentos de tortura como punições àqueles que resistissem às necessidades do capital. Outro conjunto de leis foi necessário nesse momento para, de modo coercitivo, dar início à intensa exploração da força de trabalho a que esses

<sup>2</sup> “Destacamos o processo de produção do capital como processo de trabalho e de valorização; não se trata de dois processos independentes, mas de duas dimensões do mesmo processo. Não se trabalha duas vezes para produzir um produto útil e para criar valor e mais-valia. O que cria o valor é o trabalho real que, tendo uma dada intensidade, materializa-se no produto em determinadas quantidades; que transforme os meios de produção em produtos de qualidades específicas. Ou seja, o processo imediato de produção é unidade do processo de trabalho e de valorização, assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca. Porém, na formação social capitalista, o processo de trabalho é meio do processo de valorização, já que o objetivo primordial da produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia, a valorização do próprio capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 44).

assalariados foram submetidos. Tratam-se das leis que mantinham baixos os salários e estendiam a jornada de trabalho, originando a mais-valia absoluta como importante condição para a chamada acumulação primitiva e também para a fase manufatureira do capital, de um modo geral. (SANTOS, 2012, p. 34)

Com a evolução da máquina a vapor no século XIX, a indústria têxtil na Inglaterra foi o ramo de maior expressão da Primeira Revolução Industrial. Decorre do avanço da ciência as tecnologias capazes de produzir mais em menos tempo, conformando um processo de investimento massivo em capital constante (máquinas) em detrimento do capital variável (força de trabalho mobilizada) para aumentar a produtividade. Como Iamamoto (2001) aponta, a população trabalhadora cresce mais rápido que os meios de sua ocupação, e soma-se a isso o interesse dos capitalistas, que intensificam cada vez mais a jornada de trabalho do menor número de trabalhadores, garantindo a extração da mais valia absoluta e relativa.

De forma contraditória, a pobreza cresce na mesma medida em que cresce a capacidade social de produzir riquezas, criando – enquanto condição da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza –, um grande e crescente segmento<sup>3</sup> de pauperizados:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências de riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superexploração consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista. (MARX, 1985, p. 209)

Assim aumenta a superpopulação relativa<sup>4</sup>, a concorrência entre trabalhadores e a

---

<sup>3</sup> “A superpopulação relativa e como ela adquire expressões variadas: a) flutuante – constituída pelos trabalhadores que perambulam entre o emprego e o desemprego, suas ocupações são determinadas pelas necessidades da indústria ou dos ramos da produção de acordo com as condições estruturais do mercado capitalista; b) latente – resultado da mecanização e desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo que elimina muitos trabalhadores e os forçam a migrarem para as cidades ou outros locais que ofereçam emprego; c) estagnada – trabalhadores que tem sua vida no trabalho marcada pela instabilidade e sempre compõem o quadro daqueles que executam atividades temporárias ou sem vínculos fixos” (LARA, 2019, p. 4).

<sup>4</sup> “O exército industrial de reserva, sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive. A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital. Isto porque, à medida que cresce a força expansiva do capital face à produção em grande escala, aumenta o ritmo da acumulação, a transformação acelerada do produto excedente em novos meios de produção. A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbita seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 59).



submissão generalizada aos baixos salários. Dinâmica tal elevou o grau de pauperização dentro e fora da Europa, onde os trabalhadores eram submetidos a péssimas condições de sobrevivência, incluindo as mulheres e crianças, que encaravam extensas jornadas de trabalho em troca de baixíssimos salários. O emprego de sua força de trabalho era interessante ao capital, considerando que representavam menor resistência a uma redução de custos em contexto de queda da taxa de lucro:

Esse paradoxo deve ser sublinhado exatamente pelo despropósito que significa ter altas taxas de mortalidade por exaustão de trabalho quando as condições materiais do progresso científico colocam, pela primeira vez na história da humanidade, a possibilidade de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário e, ao mesmo tempo, aumentar o volume de produção. A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que, residindo nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome e baixos salários. (SANTOS, 2012, p. 36)

Soma-se a este quadro o desenvolvimento de áreas residenciais próprias da burguesia, o reaparecimento de doenças contagiosas como a cólera, bem como as altas taxas de natalidade, prostituição e alcoolismo. Tais expressões da “questão social” em seu surgimento, experienciadas coletivamente pelos trabalhadores, não se manifestam sem representações subjetivas desse modo de viver, sendo elaboradas pelos sujeitos diversas formas de compreender e enfrentar tal realidade, seja por meio de misticismos ou solidariedade entre os mesmos:

Registra-se, nessa direção, a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram gestando um dos genuínos “produtos” da terceira década do século XIX: a consciência de classe, que culminaria no movimento revolucionários de 1848. Embora não se possa generalizar ou uniformizar os níveis desse fenômeno entre os países da Europa Ocidental, é um fato que as mudanças nas formas de resistência dos trabalhadores expressam, em boa medida, o trânsito da chamada por Marx de “classe em si” a “classe para si”. Isso significa a passagem do que eram as primeiras percepções do proletariado, reconhecendo-se como tal em sua condição econômica, ao reconhecimento da necessidade política do seu protagonismo, como classe, no enfrentamento daquelas condições. (SANTOS, 2012, p. 38)

Manifestações organizadas pelos trabalhadores em oposição ao capitalismo já aconteciam muito antes de 1830, mas tinham limitações no sentido político, visto que não captavam completamente o capitalismo como inimigo a ser vencido, não representando um grande perigo às classes dominantes no poder, contudo, ainda assim eram fortemente reprimidas. De acordo com Santos (2012, p. 40), o movimento ludista no início do século XIX é exemplo dessas experiências, pois voltava sua revolta para a destruição das máquinas e atuava

sob risco dos participantes serem condenados à pena de morte pelo parlamento.

No contexto de avanço da industrialização e de intensificação da exploração, crescia junto do capitalismo a organização dos proletários através dos sindicatos, manifestações, greves e jornais. Fortalecia-se o sentimento de classe entre os desapropriados, ao passo que cooperavam e comunicavam-se entre si. A autora relembra o movimento denominado “cartismo”, que mobilizou uma greve geral em 1842 em apoio à Carta do Povo, que reivindicava: eleições secretas, o direito de todos os homens adultos, sãos de espírito e não condenados por crime a votarem e serem eleitos, a renovação anual do parlamento e sua remuneração fixa. A partir de sua ação organizada decorreu a conquista da regulamentação da jornada de trabalho de 10 horas, e o proletariado passou a ocupar cada vez mais cargos nas instâncias legislativas (SANTOS, 2012, p. 41).

O crescimento do movimento trabalhista e socialista se justifica na “grande depressão” dos anos 1840, em que a baixa produção agrícola resultava na carestia dos alimentos, na fome e no desemprego. Gestaram-se ali as condições para a revolução francesa de 1848, sendo fundada a “Liga dos Comunistas” ainda em 1947, reunindo trabalhadores orientados pelo projeto anticapitalista expresso no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels. Não tardou aos trabalhadores perceberem que a burguesia tratava de esvaziar o conteúdo revolucionário da República que ajudaram a fundar na luta contra a monarquia, buscaram assim retomar os rumos do processo mas foram totalmente massacrados em questão de dias numa verdadeira guerra civil:

Junho de 1848, portanto, é um divisor de águas na constituição da “questão social”. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada “abolida para nove décimos” da população (Marx, [s.d.], p. 33), impossibilitando qualquer tipo de aliança com a burguesia, interessada em conservá-la. [...] através das lutas de 1848, de fato explicita-se, em todas as suas nuances, a “questão social” como resultante dos mecanismos de “exploração do trabalho pelo capital”. Refiro-me não somente ao intenso processo de pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores, à existência da abundante “superpopulação relativa”, mas, sobretudo, à problematização desse quadro do ponto de vista político, tendo em vista seus fundamentos e apontando a necessidade de sua superação sob outra forma de organização produtiva (SANTOS, 2012, p. 43).

Pouco tempo após o surgimento do termo “questão social”, ele passa a ser utilizado majoritariamente pelo ideário conservador. Ao desenrolar da segunda metade do século XIX, este é apropriado pela burguesia e seus intelectuais, que apagam sua historicidade com o fim de naturalizar a estrutura capitalista que cria a pauperização, isto é, garantir a manutenção da

própria ordem burguesa. Nesse sentido, tanto a vertente laica quanto a vertente confessional do pensamento conservador colocam a “questão social” e suas expressões conjunturais como passíveis de ação moralizadora:

E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. [...] é desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar (NETTO, 2001, p. 44)

Concomitantemente, a Revolução de 1848 também fez avançar a consciência dos trabalhadores, evidenciando o antagonismo entre as classes fundamentais e a necessidade de um processo revolucionário que superasse completamente a ordem burguesa para, de fato, resolver o que se identifica como “questão social”. É o que Netto (2001) também chamou de “passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si”, o que implicou o reconhecimento de um traço mistificador na expressão “questão social”, que nem sempre identifica a relação essencial entre suas manifestações e a consolidação da sociedade burguesa.

A compreensão teórica acerca da origem e dos processos de reprodução da “questão social” veio mais adiante, com a publicação d’O Capital<sup>5</sup>, que desvendou sua dinâmica complexa, não podendo reduzir-se imediatamente ao pauperismo. A partir da lei geral da acumulação capitalista, é possível apreender a condição necessária da “questão social” para o desenvolvimento capitalista, que produz e reproduz indissociavelmente suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e formas sociais historicamente determinadas pelas quais se realiza. Portanto, não se trata de uma seqüela de determinado estágio de transição do capital, e sim algo intrínseco ao seu modo, impossível de resolver-se sem sua destruição (NETTO, 2001).

Em síntese, com o aporte da análise marxiana evidencia-se que a relação entre capital e trabalho sustenta a “questão social”, tendo como base a exploração. Entretanto, não é a exploração por si só que distingue sua conformação enquanto questão – visto que nas formas

---

<sup>5</sup> “A análise marxista da ‘lei geral da acumulação capitalista’, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (NETTO, 2001, p. 45).

sociais anteriores<sup>6</sup> também eram presentes as privações e desigualdades –, mas sim a escassez socialmente produzida na ordem burguesa, “escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação” (NETTO, 2001, p. 46).

Sendo algo próprio das relações assentadas pelo regime do capital, cai por terra a possibilidade de reformas em seu interior e fica claro o papel histórico do movimento proletário revolucionário na sua superação. Diante da expansão capitalista pós Segunda Guerra Mundial, em que países europeus construíram o Estado de bem-estar social e os Estados Unidos firmaram-se como potência mundial, Netto (2001) relembra que foram justamente os marxistas que apontaram a permanência do processo de pauperização dos trabalhadores mesmo diante da melhora das condições de vida, afirmando a atualidade da “questão social” como essencial ao avanço do capital, que naquele momento era tratada como algo ultrapassado, presente somente nos países do dito Terceiro Mundo.

Tais “décadas gloriosas” se findam na incursão de 1870, em que diante das baixas taxas de lucro e do crescimento do movimento operário, o capital vai responder com políticas econômicas bastante repressivas a fim de restaurar-se:

A crise de superprodução, desencadeada por volta de 1870 que se estende até 1930, contraditoriamente, vai levar à nova fase de expansão do capital, conhecida como Capitalismo Monopolista, superando a fase concorrencial, hegemônica até então. As estratégias buscadas para a superação dessa crise consistiram, basicamente, além da exportação de capitais para países como os Estados Unidos e a Alemanha, o investimento na indústria bélica em face das disputas por hegemonia mundial absorvidas pelos Estados em guerra e o investimento no capital bancário, que redimensiona significativamente o peso do capital financeiro. (SANTOS, 2012, p. 44)

Não obstante, cabe ressaltar aqui a primeira experiência histórica de tomada do poder pelos trabalhadores com a Comuna de Paris, que abalou o refluxo do movimento operário que vinha desde 1848 na Europa. Com a adesão das reivindicações políticas às econômicas, o espectro do comunismo crescia e aterrorizava ao colocar na pauta do dia a possibilidade de uma

---

<sup>6</sup> Sobre isso, Santos (2012) destaca duas questões: “A primeira delas é que não se está designando como ‘questão social’ a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista. Isso tem por suposto o reconhecimento de outras ‘formas de ser’ desses fenômenos que antecedem o capitalismo. No escravismo e no sistema feudal, existiam diferenciações entre classes, propriedade privada e exploração do trabalho e, portanto, reproduzia-se a desigualdade. A diferença entre esses modos de produção e o capitalismo está em que, neste último, sua existência é única e socialmente produzida, pois o desenvolvimento das forças produtivas operado nos seus marcos é capaz de reduzir, significativamente, a dependência e determinação de fatores naturais na produção da escassez” (p. 29).

nova forma societária. Enquanto isso, a ofensiva mundial do neoliberalismo escancarou o descompromisso do capitalismo com o “social”, e com a deterioração da base do Welfare State, muitos intelectuais vão diagnosticar uma “nova questão social” e recorrer a utopias conservadoras que pautam reformas sociais alheias às formas de exploração (NETTO, 2001, p. 48).

Em concordância com Netto (2001), Iamamoto (2001) e Santos (2012), compreende-se que não há uma “nova questão social”, o que existem são novas manifestações da velha “questão social”, onde a dinâmica capitalista mantém e intensifica a exploração, criando novas formas a cada estágio de seu desenvolvimento. Em suma, entende-se que a acumulação da miséria em relação à acumulação do capital é a raiz da chamada “questão social”, que envolve um conjunto de expressões que só podem ser analisadas no contexto da sociedade capitalista e das intermediações do Estado, considerando sua gênese comum na coletivização do trabalho que produz a riqueza social e a apropriação privada desta:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu recolhimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

## ***2.2 “Questão social” na ordem monopólica e as condições para a emergência da profissão***

Ao tratar da emergência do serviço social, Netto (1992) destaca a importância de se analisar as condições sócio-históricas que particularizam esse processo, não como mera evolução das protoformas da profissão no contexto da industrialização e suas mazelas, mas sim a partir da compreensão de que “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”:

O que merece ser marcado é que a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 79)

A idade dos monopólios sucede o capitalismo concorrencial e restitui em nível elevado

as bases da ordem burguesa que atinge sua maturidade histórica, potencializando suas contradições essenciais e modificando toda a dinâmica da sociedade com o propósito de aumentar os lucros capitalistas por meio do controle dos mercados:

Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação de eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado - o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo). (NETTO, 1992, p. 20-21)

Ainda de acordo com Netto (1992, p. 22-23), tais mudanças voltam-se para o favorecimento dos grupos monopolistas, para os quais é revertida a equalização das taxas de lucro, numa tendência à centralização e ao aumento do exército industrial de reserva. Outros elementos diferenciam esse período, como a supercapitalização e o parasitismo que expressam, respectivamente: a dificuldade crescente de valorização do capital “posto que o monopólio restringe, pela sua natureza mesma, o espaço capitalista de inversões”, o que exige, para além do desenvolvimento da indústria bélica, da migração e queima dos excedentes, novos mecanismos por parte do Estado para garantir a dinâmica econômica; e o caráter parasitário da burguesia, escancarado pela maior separação entre a propriedade e a gestão, que evidencia como a apropriação da mais-valia é dada exclusivamente pela propriedade dos meios de produção e conforma o alargamento “não só (d)as atividades improdutivas *stricto sensu*, mas todo um largo espectro de operações que, no setor terciário, tão somente vinculam-se a formas de conversação e/ou de legitimação do próprio monopólio”.

A disputa entre os grupos monopolistas em busca da maximização dos lucros se dá pelo controle internacional da produção, passando por cima de marcos estatais e esbarrando em obstáculos que são inerentes ao seu desenvolvimento, o que ameaça a acumulação e requer novos dispositivos por parte do Estado – aqui entendido como centro do exercício do poder político (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 81), por meio do qual as classes dominantes fazem valer seus interesses a toda sociedade:

Está claro, assim que o Estado foi capturado pela lógica do capitalismo monopolista – ele é o *seu* Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável

alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – operada para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, 1992, p. 26)

Como exemplo do rearranjo das funções<sup>7</sup> do Estado, Netto cita a gerência deste sobre os setores básicos, sua tomada de responsabilidade sobre as empresas capitalistas em dificuldade e a concessão do fundo público aos monopólios, bem como os investimentos públicos na formação da força de trabalho e o papel estatal na administração das crises cíclicas. Fica evidente que, neste novo estágio, é fundamental sua atuação controladora constante sobre a força de trabalho, criando meios de garantir sua reprodução<sup>8</sup> em determinados níveis que atendam as necessidades do monopólio:

Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (Op. cit., p. 27).

Assim, a imprescindibilidade de afirmar uma “coesão” entre a sociedade surge com o estabelecimento do poder monopolista, intimamente ligada às lutas dos trabalhadores e ao avanço de sua organização neste período, o que não pôde ser ignorado pelo Estado mas também não esteve à altura de fazer frente ao projeto burguês que se consolidava. Diferente do estágio concorrencial e de forma conflituosa, a ação estatal sob mando dos monopólios tem condições de responder a certas reivindicações da classe trabalhadora, “na medida exata em que elas

---

<sup>7</sup> Sobre os aparatos mais complexos exigidos do Estado pelo capital monopolista, Netto (1992) destaca: “A refuncionalização do Estado burguês neste quadro histórico-social, dada a integração orgânica dos seus aparatos com aqueles das grandes corporações, acarretou mais que a crescente e burocrática institucionalização das intervenções preventivas/corretivas sobre aquelas refrações: tendeu a operacioná-las segundo estratégias globais (de classes), que tanto as reproduzem ampliadamente quanto respondem, num esforço integrador, às pressões geradas por elas e apropriadas politicamente pelas classes subalternas; trata-se, aqui, da operacionalização pela vida das políticas sociais” (p. 94).

<sup>8</sup> “Para a parcela do exército industrial de reserva, qualificado por Marx como o ‘pauperismo oficial’ - aquele segmento da classe trabalhadora que perdeu a base da obtenção de seus meios de vida, isto é, a venda de sua força de trabalho – tais serviços deixam de ser apenas complementares, tornando-se vitais, embora não suficientes, diante da inexistência de outros meios de sobrevivência. Refere-se, aqui, às ‘vítimas da grande indústria’: mutilados, doentes, velhos, viúvas, etc, cuja sobrevivência está em certa proporção na dependência dos benefícios obtidos através da previdência social ou em outras formas de assistência pública ou privada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 103).

mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (NETTO, 1992, p. 29) ou, nas palavras de Iamamoto, “desde que não afetem aqueles [interesses] da classe capitalista como um todo, dentro de um pacto de dominação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 82).

Portanto, as políticas sociais públicas só podem ser criadas mediante tais circunstâncias, como intervenção sistemática do Estado burguês sobre os efeitos da “questão social”, que combina suas funções econômicas e políticas<sup>9</sup> ao afirmar o desenvolvimento monopolista por meio da adesão das demandas das classes subalternas, uma vez que esconde seu caráter de classe e passa por mediador de diferentes interesses. Segundo Netto (1992, p. 31), as políticas sociais são voltadas à força de trabalho, no sentido de preservar e regulamentar, empregando sistemas de seguro social que não só incentivam o consumo, mas também distribuem “pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida útil dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas”. Ao que Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho complementam:

Na linguagem do poder, os benefícios sociais são algumas vezes denominados “salário indireto”, já que são encarados como uma complementação salarial, preferível à elevação dos salários reais, à proporção que podem ser descontados total ou parcialmente dos beneficiários ou de impostos governamentais. Os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho” (2006, p. 101).

Assim sendo, as políticas decorrem não de um processo evolutivo, mas sim como resultado das forças contraditórias despendidas pelas classes em luta numa conjuntura determinada, sendo a formulação e implementação das políticas um campo de disputa entre sujeitos e projetos antagônicos, podendo implicar em conquistas para os trabalhadores. Entretanto, destaca-se o viés limitado<sup>10</sup> da intervenção do Estado sobre a “questão social”, uma

---

<sup>9</sup> “O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Nesse sentido tem à sua disposição o aparato de Estado, além das próprias iniciativas benemerentes levadas a efeito pela classe patronal. Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e o consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força. Trata-se de canalizar esforços no sentido de que a classe trabalhadora interiorize as normas do novo modo de vida imposto pelo capital, minando suas iniciativas autônomas de organização enquanto classe” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 120).

<sup>10</sup> “O que merece ser ressaltado é que a sociedade do capital supõe uma contradição inevitável na sua continuidade: o discurso da igualdade e a realização da desigualdade. De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado. É a igualdade necessária a toda troca de mercadorias equivalentes, através da relação entre livres proprietários das mesmas. É a relação igualitária que aparece na esfera da circulação consubstanciada, também, nos textos legais. Em pólo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração. É a desigualdade inerente à relação do capital, ao livre direito de propriedade, que só é desvendado ao se analisar o que ocorre com os agentes sociais na produção social da riqueza, contraposta a sua apropriação privada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 91).



vez que este a fraciona em problemas particulares, sobre os quais age escondendo sua raiz na relação capital/trabalho da ordem burguesa:

A constatação de um sistema de nexos causais, quando se impõe aos intervenientes, alcança no máximo o estatuto de um quadro de referência centrado na noção de *integração social*: selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que podem ter na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* - tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se se originassem de um “desvio” da lógica social. Assim, a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida consequentemente, impediria a intervenção. (NETTO, 1992, p. 32)

Diante disso, destaca-se que o reordenamento estatal no trato da “questão social” não supera o ideário liberal que antecede o desenvolvimento monopolista, mas o corta e assimila, no sentido de que intervém na vida dos indivíduos por meio das políticas públicas e, ao mesmo tempo, os compreende como pessoalmente responsáveis pelas dificuldades que venham a enfrentar diante das oportunidades que lhe são (ou não) disponibilizadas (NETTO, 1992, p. 36). Dessa forma, atualiza-se o *ethos* individualista, que reafirma os problemas sociais como pessoais, demarcando a perspectiva individualizadora do Estado inclusive sobre as áreas que fogem à ação pública, tomando conta de todo o cotidiano:

Na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. (NETTO, 1992, p. 38)

Sendo assim, evidencia-se a tendência à mercantilização total das relações sociais, em que tudo é transformado em “serviços”<sup>11</sup> cuja administração do Estado burguês paira entre o público e o privado, resguardando as “individualidades” que são necessárias à valorização monopolista. Netto (1992, p. 41) também aponta como a psicologização da vida social é elemento marcante no processo de reprodução e legitimação da ordem existente, ao passo que a exaltação da “personalidade individual” acompanha o esvaziamento da autonomia dos

---

<sup>11</sup> “Em segundo lugar, poder-se-ia ressaltar que a rede de serviços sociais viabiliza ao capital uma ampliação de seu campo de investimentos, subordinando a satisfação das necessidades humanas à necessidade da reprodução ampliada do capital. As respostas às exigências básicas da reprodução da vida da classe trabalhadora, social e historicamente definidas, são transformadas, pela lógica que preside o processo de valorização, num meio de diversificação dos ramos de aplicação produtiva do capital. Assim, a qualidade dos serviços prestados subordina-se ao imperativo da rentabilidade das empresas. Na perspectiva da classe capitalista, a filantropia é redefinida: a ‘ajuda’ passa a ser concebida como investimentos, que é o princípio que preside a organização dos serviços sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 101).

sujeitos com a invasão total da lógica do capital em sua existência. É neste terreno, como indica o autor, que vão operar os mecanismos de intervenção estatal em que as instituições – ao atuar com enfoque na remodelação de características pessoais –, educam a disciplina do capital na perspectiva de integração do sujeito, fazendo-o sentir-se singularmente recompensado por integrar a dinâmica social.

Tais mecanismos são típicos do capitalismo monopolista, mas o referencial teórico que os baliza é anterior, especialmente no âmbito do pensamento conservador. É o modo positivista de pensar a sociedade (tradição de Comte), como “autoexpressão do ser social burguês” (NETTO, 1992, p. 43), que vai subsidiar o embate público e privado do Estado com a “questão social” na idade dos monopólios. A naturalização das relações sociais burguesas promovida por tal corrente serve não apenas para desistoricizar a “questão social” e causar a aceitação dos sujeitos diante sua condição de explorados, mas também para impor à esfera moral a especificação do ser social, sendo essa passível de reformulação.

Durkheim, conforme Netto (1992), também deseconomiciza e moraliza a “questão social”, mas ainda traz a problemática da coesão social, onde a esfera moral é palco de controle contínuo e constrangedor, com a intenção de corrigir comportamentos desviantes dos indivíduo através da ação do Estado e de determinadas profissões:

Inconteste nos passos comteano e durkheimiano, a psicologização das relações sociais, sob a forma de moralização da “questão social”, registra-se muito diferencialmente. No primeiro, colada a um evidente misticismo, orienta-se para a modelagem de um universo onde os conflitos se resolvem com a pura assunção, por parte dos protagonistas, da sua condição - donde a qualificação positiva da resignação. No segundo, a elaboração teórica soluciona a objetividade dos conflitos pela via da construção de mecanismos de controle social que os reconhecem (aos conflitos) como tais, propondo um *tertium datur*: a intervenção sobre eles com o erguimento de normas coesivas que liguem organicamente o “público” e o “privado” - donde a qualificação positiva da ação social. (NETTO, 1992, p. 49)

O acúmulo teórico-cultural dos dois autores citados foi base no caminho da “moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais”, o que, parafraseando Netto (1992, p. 51), significou na ordem monopólica a patologização das refrações da “questão social”, criando o estigma e a necessidade de reintegração dos indivíduos que desviem dos papéis funcionais ao sistema moralmente retificados:

A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora “assistida”, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem

estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era um “problema social” em uma questão sob controle. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 104)

De toda forma, esse processo não se desenrola de forma independente dos sujeitos históricos orientados por diferentes objetivos que se confrontam no movimento real concreto, ou seja, não se conforma como resultado imediato das vontades econômico-sociais monopolistas. Alguns fenômenos, já apontados brevemente, marcaram a passagem histórica ao capitalismo dos monopólios, dada a elevação dos projetos sociais impulsionados pelas distintas classes sociais. Netto (1992, p. 55) situa o processo revolucionário de 1848, e as derrotas proletárias que se seguiram, como caldo necessário à tomada de consciência para si da classe operária, em que esta assume seu papel como protagonista histórico-social. Demarca o início da construção dessa identidade, que vai se consolidar com a formação do sindicato e do partido proletário pela classe operária urbana na Primeira Guerra, retomando e enriquecendo estes instrumentos após a experiência da Comuna de Paris.

Logo, o movimento sindical se desloca para a Alemanha e avança, tanto pelas péssimas condições de vida da população no trânsito para a idade monopolista, quanto pelo espraiamento do pensamento de Marx no seio do movimento operário, que mesmo sendo vulgarizado como teoria social e muitas vezes tendo seu potencial revolucionário reduzido ao reformismo, foi importante para a organização sindical e partidária classista na perspectiva de ruptura com a ordem burguesa:

Trata-se, aqui, das conquistas proletárias que aparecem como os primeiros esboços de política social pública – e não é casual que eles sejam contemporâneos desta dupla organização da classe operária. [...] Confrontando-se com este protagonista, as frações burguesas mais dinâmicas vêm-se obrigadas a respostas que transcendem largamente o âmbito da pura coerção, conformando mecanismos que contemplam eixos de participação cívico-política, é deste confronto que, enfim, resultarão os parâmetros de convivência democrática que se estabilizou em boa parte das sociedades capitalistas desenvolvidas: nelas, o princípio democrático confundiu-se com as demandas dos trabalhadores. (NETTO, 1992, p. 59)

É exatamente a partir do amadurecimento do movimento proletário internacional, em torno de um nítido projeto anticapitalista, que foi possível não apenas arrancar da burguesia concessões em favor dos trabalhadores, mas alcançar a compreensão da “questão social” como expressão da relação antagônica entre capital e trabalho e seus agentes, sendo possível resolvê-la apenas através do processo revolucionário. Netto ainda complementa:

É um tal protagonismo que condiciona elementarmente o protagonismo burguês na

entrada do estágio imperialista. Redefinido também desde os eventos de 1848, ele não se defronta mais com formas de luta carbonárias, diante das quais a borduna policialesca mostrava-se eficiente; agora, tem de enfrentar lutas políticas de massas, perpassadas por um projeto político-social que trava combates pela direção da sociedade. A borduna não será, jamais, completamente abandonada, mas cede o proscênio para respostas que tendem a ser senão ao preço da sua eficácia, igualmente política de massas – o protagonismo burguês tem desenvolvido o seu componente de direção e hegemonia. Cumpre-lhe articular o projeto político-social que seja concorrente ao de seu adversário e, simultaneamente, que atenda às exigências da nova dinâmica econômica. (1992, p. 60)

Nesse movimento se dá também o amadurecimento da classe burguesa, como proprietária do sistema de produção e, logo, em posição dominante sobre a reprodução político-ideológica<sup>12</sup> de determinada forma de vida. Para tanto, formou representantes políticos e empresários capazes de administrar o Estado e suas instituições por meio de macroestratégias que ampliam internacionalmente a política e consciência burguesa (Op.cit.). A fim de fazer frente ao propósito do proletariado, o projeto da burguesia baseia-se na despolitização da “questão social”, obscurecendo sua gênese e implicância política ao defender um enfrentamento técnico e/ou moral:

Em qualquer destas formas, estão garantidas, para a projeção burguesa, as condições da sua reprodução como classe dominante e dirigente, posto que elidam, à partida, a questão da historicidade da organização societária: o marco da socialidade burguesa é susceptível de mudanças, mas no seu âmbito e interior. Com elas, o projeto burguês combina organicamente conservantismo e reformismo: de uma parte, as estruturas nucleares da sociedade burguesa são declaradas o ponto final do processo histórico – com o que se replica à “utopia” comunista; de outra, são reconhecidas como passíveis de aperfeiçoamento – com o que se contesta às demandas proletárias e populares. (NETTO, 1992, p. 62)

De forma estratégica, a burguesia reforma para conservar, engendrando à sua dinâmica novas demandas, principalmente advindas das camadas médias que são próprias desse período do desenvolvimento e se situam entre a burguesia e o proletariado, compondo um amplo conjunto ideológico. Nesse sentido destaca-se o reformismo burguês (Netto, 1992, p. 64), que recupera pontos tradicionais do reformismo e socialismo, recolocando-os em favor da nova ordem vigente com a ilusão de manter o “lado bom” do capitalismo e realizar algumas mudanças pragmáticas internas. Netto ainda aborda a influência do pensamento revisionista

---

<sup>12</sup> “As idéias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 1977, p. 72 apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 68).

cujas características gradualistas, pragmáticas e evolucionistas por dentro do marco burguês seriam a “face operária” do novo reformismo, que fizera parte do desenvolvimento do “socialismo democrático”.

Os projetos proletário-revolucionário, conservador-burguês e reformista-revisionista expostos não eram únicos, mas foram as forças mais expressivas na solidificação do capitalismo monopolista, orientando a consciência e prática dos sujeitos em diferentes direções, muitas vezes representando interesses heterogêneos, que não permitem uma associação exclusiva destes enquanto projetos de uma classe específica. De uma forma ou de outra, tais projeções marcaram influência na ordem burguesa consolidada, visto que os conflitos movidos constituíram a forma com que se deu a organização da vida social (NETTO, 1992, p. 68).

Ademais, destaca-se que as decisões “pelo alto” também foram motor da industrialização brasileira, em que o governo Vargas é convocado, durante crise que impunha condições miseráveis aos trabalhadores, a agir em favor dos industriais e fazendeiros, por isso atuou em acordo com países centrais como EUA e Inglaterra para que comprassem do mercado brasileiro e fizessem empréstimos que alimentaram nossa dívida externa, além de aplicar arrocho aos funcionários públicos (Silva, 2014). A modernização conservadora foi levada a cabo por um Estado autoritário e centralizado, cujo objetivo é amenizar os conflitos sociais a partir dos interesses das classes dominantes:

Na base da construção do Estado corporativo estava o pensamento social de ideólogos nacionalistas, autoritários e corporativistas que se expressavam pelo saudosismo do passado agrário, da monarquia e até da escravidão. Mesmo que muitos deles tenham sido abolicionistas, alguns defendiam as relações harmônicas mantidas entre senhores e escravos como forma de evitar os conflitos sociais decorrentes do processo libertador. Outras ideias nacionalistas demonstraram a influência do nazi-fascismo no Brasil dos anos 1930, a exemplo o preconceito racial de Oliveira Vianna, que acreditava no branqueamento da raça como melhoria da qualidade da sociedade brasileira. (SILVA, 2014, p. 82)

Paralelamente, o movimento operário organizou em 1917 uma grande greve por melhores condições de trabalho, seguidas de vários congressos, da criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, da Coluna Prestes e da Semana de Arte Moderna. Esta mobilização organizada gerava receio ao governo, que cria medidas legais para neutralizar a questão social que explodia, combinando repressão e controle por meio da assimilação de reivindicações dos trabalhadores, criando o Ministério do Trabalho que atrela os sindicatos ao Estado. O Estado monopolista agia em favor dos empresários, ora negando o poder dos trabalhadores por meio da exclusão do sindicato das decisões e do uso repressivo da força, e ora prestando-lhes medidas de assistência paternalista que ligavam o controle à produtividade

exigida pelo capital. Sobre a forma conservadora de tratar a “questão social” pela sua negação:

Esse foi o trato por excelência que recebeu a questão social no Brasil. Tratamento que desfigurou sua base ideológica na medida em que ao contrário do que ocorreu na Europa que só depois foi enquadrada no pensamento conservador, no nosso caso, a questão social se legitimou a partir de estratégias políticas de caráter conservador imantada sob o discurso de proteção ao trabalhador e sua família, obscurecendo suas contradições e neutralizando a luta política, ou seja, a luta de classes. (SILVA, 2014, p. 90)

Diante do pauperismo e dos conflitos que o constituem, a Igreja Católica também se vê obrigada a refletir sua forma de ver e agir sobre os “males sociais” como doenças a serem curadas por meio da moral e relações pessoais, ao que ganha peso em algumas correntes a encíclica papal da *Rerum Novarum* com a concepção de compromisso com os trabalhadores e recristianização da sociedade como resposta à “questão social”. A ameaça do espraiamento comunista também afligia a igreja:

A preocupação central dessa encíclica é a responsabilização do Estado, negada pelo liberalismo e, também, a defesa da propriedade, da família e do privado. Dessa forma, recomenda cuidado com as ideias publicistas que defendem a propriedade coletiva, considerada pelo Papa um engodo socialista, já que a propriedade é um patrimônio que deve ser passado de geração a geração. Ao defender a propriedade privada, Leão XVIII valoriza a existência de latifúndios, justificados pelo fato de a terra ser um direito natural e divino de todos os homens para seu provento e que tomarão posse dela apenas aqueles que tiverem as condições de nela produzir. (SILVA, 2014, p. 95)

Com efeito, o fim da Primeira República não significou o rompimento com a moralização da “questão social” identificada como resultado da descristianização, mas foram empregadas novas ações do sentido da doutrinação dos operários a fim de reaver a ordem divina por meio da filantropia e caridade, acompanhando as legislações que se erguiam para controlar o mundo do trabalho. Ainda de acordo com Silva (2014, p. 106), cursos eram ofertados para treinar voluntários a divulgar a doutrina da igreja, como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que focava na ação social como vocação e foi parte influente para a criação da primeira escola de Serviço Social.

### 3 PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA

Santos (2012) se alia a outros autores da tradição marxista que fazem crítica a uma “concepção reducionista acerca das contribuições marxianas no debate sobre o desenvolvimento da história social”, identificada nas interpretações que colocam a superação do capitalismo como um “rumo pré-determinado” ou mesmo nas de cunho economicista, que falham ao buscar explicar os fenômenos concretos apenas a partir das leis mais gerais do modo de produção, escapando às suas múltiplas determinações na realidade social, deformando-os abstratamente sem as mediações necessárias:

O pressuposto aqui é o da unidade entre aspectos econômicos e extraeconômicos, nitidamente assinalada quando se deduz que na categoria modo de produção manifestam-se mediações não só das instâncias de organização da vida material, mas também da sociabilidade contemplando, simultaneamente, um determinado modo de organizar os aspectos político-jurídicos, morais, ideológicos, culturais etc. É o que Marx chamou de modo de vida. [...] Esse processo, que transforma continuamente as potencialidades humanas, além das forças produtivas/relações de produção é, portanto, repleto de mediações histórico-concretas que devem estar no centro da constituição das categorias. Logo, para entender não só os modos de produção, mas suas “encarnações reais”, há que recorrer a uma outra categoria que, embora não esteja originalmente formulada em Marx do ponto de vista reflexivo, o está do ponto de vista ontológico: a de “formação social. (SANTOS, 2012, p. 52).

De acordo com a autora, para compreender a estrutura econômico-social de uma determinada sociedade, é preciso realizar a mediação entre as categorias “modo de produção” e “formação social”, pois inclusive podem coexistir mais de um modo de produção na mesma forma, sendo um dominante sobre os modos remanescentes de outros estágios (SANTOS, 2012, p. 51). Assim, não é possível elucidar a “questão social” brasileira somente por meio de categorias abstratas como capital e trabalho, é preciso situá-las historicamente a partir da análise concreta da constituição do capitalismo nos países latino-americanos, mostrando suas relações particulares com a universalidade:

Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico [...] envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relação de classe, geracionais, de gêneros e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruza, e tensionam na efetividade social. (NETTO, 2001, p. 49)

Contextualizado o momento em que a “questão social” surge como categoria explicativa para decifrar o fenômeno da pauperização e das lutas que o circunscrevem, na Europa, e dada a exposição de seus processos constitutivos gerais próprios da sociabilidade capitalista, cabe

agora analisar como esse processo se desenvolveu no contexto particular do capitalismo latino-americano e sobretudo brasileiro.

### ***3.1 Acumulação primitiva na América Latina***

Ao se deter o olhar sobre a América Latina, percebe-se que o avanço técnico-científico europeu implicou, paralelamente, na expropriação das nações latino-americanas. Quer dizer, a revolução industrial só foi possível às custas do tráfico e do trabalho escravizado de negros e indígenas. A colonização, segundo Cueva (1983, p. 24), significou a acumulação primitiva que permitiu a ascensão do capitalismo europeu e, concomitantemente, a “desacumulação também sem precedentes, no outro extremo”:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-se-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. (MARX, 2006, p. 864)

Enquanto na Europa o período pré-capitalista<sup>13</sup> se desenvolve a partir do feudalismo com a separação dos camponeses de seus meios de vida e seu direcionamento ao trabalho assalariado nas cidades industriais, na América Latina o processo foi outro, ligado diretamente ao europeu e marcado pela tomada do território e massacre dos povos originários e, mais adiante, pelo tráfico forçado de homens africanos:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (WILLIAMS, 2012, p. 90)

---

<sup>13</sup> Sobre isso, cabe destacar uma via de debate trazida por Silva (2014, p. 45): “No entanto, foi Prado Junior (1970) quem mostrou as contradições presentes no processo econômico da Colônia, permeado por conflitos sociais, em função do uso forçado e constrangido do trabalho escravo, o que provocou diversos danos, começando pelos ambientais com uma verdadeira depredação dos solos e a exploração abusiva da mão de obra escrava indígena e negra, em decorrência do cultivo e da lavoura. Logo, o sentido da colonização brasileira para o historiador não deve ser buscado em si mesmo, pois é antes de tudo econômico e ocorreu mediante a implantação de feitorias comerciais; não sendo, portanto, exclusivo de povoamento como em outros continentes. Essa afirmação, determina a existência de um capitalismo, ainda que primitivo, no período colonial, mesmo que não se apresente em termos ‘burgueses’”.



Sendo assim, a conquista do território americano não se efetivou sem a implantação do escravismo como sistema econômico e social de exploração do trabalho escravo de povos locais e africanos, de dominação colonialista respaldada no Estado e na Igreja católica, e de exploração da natureza para satisfazer os mercados externos, tudo voltado a garantir a acumulação capitalista na Europa em larga escala. É a colonização fundada no latifúndio, na exportação e na escravização de negros e indígenas que marca a entrada da América Latina no mercado mundial.

O fim da escravização aqui se arrastou por longo período, que não se explica simplesmente no ato da Lei áurea em 1888, mas sim como desfecho de condições internas e externas. A Inglaterra, no começo do século XIX, cessou o tráfico negreiro em suas colônias, pois se voltava à estruturação de mercados de consumo para seus produtos manufaturados, o que obrigou o Brasil a criar, em 1831, lei que proibia o tráfico. Entretanto, pela pressão dos latifundiários locais e traficantes de homens escravizados de Portugal, não se efetivaram ações imediatas para garantir tal proibição. É apenas a partir de 1850, com a lei Eusébio de Queirós e a *Ventre Livre* (1871) e *Sexagenários* (1885) mais adiante, que se deu a Abolição. Não menos importante nesse processo foram as lutas populares e quilombolas, como apontado por Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala*, que se organizavam não apenas fugindo das senzalas, como também mobilizando ex-escravizados libertos pela reivindicação de condições de vida, movimentos que auxiliam na degradação do escravismo enquanto sistema (CASTELO, et al., 2020, p. 19).

Assim se constituíram as bases do capitalismo brasileiro, cujo processo colonial incide na forma particular com que produz “questão social”, ao passo que subjuga a economia latino-americana à demanda de expansão capitalista das metrópoles. Para tal, a escravização da população serviu como farta mão de obra para a produção em larga escala exigida (WILLIAMS, 2012), forma que durou mais de 300 anos e fundamenta historicamente o racismo e seus desdobramentos em diferentes épocas, visto que está enraizado nas paredes da sociedade burguesa que não rompeu radicalmente com as estruturas escravistas. De acordo com Moura, o racismo também atua como mecanismo ideopolítico:

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”. Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhe as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião,

sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram. (MOURA, 1994, p. 3)

Uma vez que o negro foi colocado como mercadoria, tendo sido expropriado não apenas do produto de seu trabalho mas de seu próprio corpo, sua humanização passa necessariamente pela revolta contra a condição de escravizado que lhe foi imposta violentamente. De acordo com Moura (1994), o problema do negro no Brasil muitas vezes é desistoricizado a fim de apagar-lhe as raízes coloniais, num verdadeiro etnocídio (BAEZ, 2010), que nega sua memória e identidade étnica que, sem dúvida, levaria ao conhecimento da importância dos movimentos realizados por estes sujeitos no enfrentamento a escravização. Assim, a narrativa dominante da suposta democracia racial e do homem cordial serviu para mistificar as relações sociais sobre as quais se ergue a nação brasileira, criando uma imagem harmônica da relação senhor e escravo ao colocar a passividade no lugar do conflito que é próprio e fundamental do período, quando o que aconteceu realmente foi o empenho de diversos mecanismos ideológicos que forçava muitos negros a almejem alcançar a posição do branco por meio da introjeção de determinados valores.

Diante do primeiro ciclo de nossa formação social, cabe destacar a posição de que:

[...] ao adotarmos as contradições produzidas nas relações sociais de produção do período escravista como raízes de uma questão social latente, não queremos com isso deslocar o eixo de sua origem para o período colonial, como se fosse um processo inerente a qualquer formação social, mas, seguindo a trilha de Prado Junior (1970), refletir que nossa colonização já se constituiu num projeto capitalista de comercializar produtos para a Europa, obtidos mediante força de trabalho escrava, o que implicou uma relação antagônica de trabalho, gerando revoltas constantes de negros e índios contra a exploração a que eram submetidos. (SILVA, 2014, p. 155)

### ***3.2 A transição para o capitalismo dependente***

No início do século XIX, com o avanço do Império Britânico e dos processos de independência, se dá o trânsito para o capitalismo dependente, em que o trabalho livre passa a ser relação predominante de produção, mesmo que outras formas antigas sejam mantidas e coexistem com a hegemônica. Diferente de outros países em que a independência foi resultado da atuação popular nos conflitos com e entre as classes dominantes, no caso brasileiro o que houve foi um pacto pelo alto que excluiu a população pelo uso da força, conservando as estruturas econômicas latifundiárias voltadas para o mercado externo e o trabalho escravo.

Bambirra (2013) trata da categoria da dependência não como um fenômeno que atua externamente sobre a América Latina, mas como chave para analisá-la em sua conformação condicionada concretamente pela relação entre países centrais e periféricos, que determinou as

estruturas econômicas, sociais e políticas atrasadas e dependentes. Não ao acaso a autora divide as sociedades dependentes em dois tipos dadas suas estruturas em relação à expansão dos monopólios multinacionais, quais sejam: o tipo A, países em que o setor primário-exportador ainda prepondera, mas que já estavam num processo de industrialização anterior ao fim da Segunda Guerra mundial (Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia); e o tipo B formado pelos países que iniciaram sua industrialização pós-guerra a partir da integração monopólica (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba – que foge à categorização dada a revolução socialista anti-imperialista).

No caso do Brasil, a industrialização se desenvolveu a partir da expansão e transformação do setor primário-exportador, com a importação de maquinário para a fabricação local de bens manufaturados que anteriormente eram comprados do exterior e desenvolvimento de um mercado interno, mudanças que ocorrem nos países dependentes devido às necessidades do capitalismo mundial em expansão. Embora no setor cafeeiro já se identifiquem relações de produção tipicamente capitalistas, é com a Segunda Revolução Industrial que estas passam a predominar através de um mercado de trabalho livre formado, o que não eliminou mas assimilou e reorganizou as formas pré-capitalistas ao caráter dependente de nova ordem, ao que Bambirra (2013) pontua a situação de dependência:

Embora todo o processo de modernização do setor exportador e dos setores complementares a este se realize em função dos interesses hegemônicos da metrópole capitalista e dos setores oligárquicos minerador, latifundiário e comercial exportador – em função do qual evoluem as relações de produção e se expande o mercado interno, que em grande medida (nos setores de altas rendas que vivem da exploração de mais-valia) é atendido pela produção manufatureira europeia –, a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente. (p. 75)

A indústria erguida tende a se expandir ao obter uma indústria e mercado nacional formado com base nas relações capitalistas, condições que serão aproveitadas no período das guerras internacionais que vão exigir novas produções industriais dos países de tipo A a partir de 1914. De acordo com Bambirra (2013), o início da industrialização é marcado pelo lugar de exportadores de produtos primários assumido pelos países dependentes frente ao capitalismo central, para tanto se desenvolvem e dinamizam setores complementares a este, numa relação que envolve o surgimento da burguesia industrial e do proletariado como classes. E mesmo que a indústria desenvolvida passe a subordinar o setor exportador, ela segue dependente dos capitais gerados deste para sua própria realização.

Por isso, no processo de modernização e instituição do capitalismo na América Latina,

Fernandes (2009) destaca o caráter atrasado e autocrático de transição capitalista, em que as classes exploradas e oprimidas foram sistematicamente excluídas das decisões nacionais. Nesse sentido, a escravização e a servidão são formas incorporadas pelo capitalismo, criando a divisão racial do trabalho e uma burguesia herdeira da época colonial submetida (e que submete os países) aos interesses estrangeiros. Neste período de transição, o trabalho escravo existiu concomitantemente ao trabalho livre, e esta convivência implicou nas lutas conjuntas entre escravizados e operários contra o escravismo declinante e o capitalismo dependente que nascia. Denota-se que vem da exploração e, principalmente, dos enfrentamentos levados a cabo pelos indígenas, negros e imigrantes<sup>14</sup> a conformação da classe trabalhadora brasileira, o que evidencia a relevância da questão racial em nossa “questão social”:

Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo. Aí está o busfílis da questão no plano político revolucionário. (FERNANDES, 2017, p. 85)

Nesse sentido, Gorender (2016, p. 23) faz uma relação entre o fator racial e a constituição da superpopulação relativa no período da industrialização, em que os imigrantes compõem o exército de reserva e aos negros cabe a condição de “reserva da reserva”, como uma parcela inferior sempre disponível a baixo custo para os capitalistas. Moura também traz essa discussão ao apontar como o escravismo foi decisivo na formação do Brasil, por propiciar a exploração em alto grau necessária ao avanço capitalista e, ao mesmo tempo, gerar contradições que formam obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, uma vez que excluiu os negros recém-libertos do mercado de trabalho que se constituía, privilegiando a força de trabalho imigrante e a economia de exportação:

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do subemprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão de obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos

---

<sup>14</sup> “O governo estimulava e financiava a imigração estrangeira para servir de mão de obra na produção do café nas fazendas do Sul, em substituição ao trabalho escravo – precisamente em São Paulo – novo eixo econômico do país. Logo, o processo migratório trouxe para o Brasil trabalhadores italianos, portugueses e espanhóis. Os primeiros implantaram indústrias modernas, mesmo que a economia continuasse agroexportadora, contribuindo para a formação de uma nova classe de trabalhadores, a classe operária. Apesar de o crescimento econômico possibilitar o acúmulo de riqueza para os setores dominantes, a maioria da população, como ainda hoje, desfrutava da mais absoluta miséria” (SILVA, 2014, p. 75).

negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1994, p. 133)

Diante disso, o autor também indica o papel do Estado neste contexto – como representante das mesmas classes dominantes que foram de senhores de escravos a latifundiários –, como responsável por controlar e inserir os ex-escravizados na economia dependente, criando esta franja de excluídos dos setores que se dinamizaram e elegendo o branco como operário ideal. Esta simbologia impõe, do outro lado, a figura do negro como inferior e ruim, impedindo estruturalmente sua mobilidade entre as funções da sociedade e relegando-o aos empregos negados pelos brancos, atualizando a ideologia da escravização ao passo que a cultura do branco se impõe sobre as demais:

Por tudo isto, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são porém elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante. (MOURA, 1994, p. 135)

Assim sendo, é possível compreender como na América Latina as revoluções burguesas não implicaram na destruição dos antigos modos, mas em um processo descontínuo de superação e adaptação do capitalismo dependente aos interesses expansionistas do capital mundial, cujo comando local está nas mãos da burguesia industrial que nasce da associação entre setores oligárquicos e industriais. A perspectiva de desenvolvimento industrial da burguesia nacional se tornou hegemônica ao ser a única representante possível da manutenção do sistema de dominação, contando com o apoio das classes médias e não batendo de frente com as estruturas oligárquicas (das quais são produto e dependem para sobreviver) ao adotar medidas estatais<sup>15</sup> em prol do industrialismo que preservam os privilégios das oligarquias (BAMBIRRA, 2013).

Igualmente, Fernandes (1975) questiona quem foram os participantes do processo de emancipação e “descolonização” brasileira, tendo em vista que não havia aqui uma massa

---

<sup>15</sup> Bambirra (2013) menciona práticas paternalistas de procedência oligárquica que se atualizam sob o poder estatal burguês-oligárquico na aplicação de políticas protecionistas durante a industrialização. Sobre a motivação das massas promovida por líderes considerados populistas como Vargas, aponta que “o papel do Estado ia além daquele de benfeitos, sendo levado a atuar também como Estado empresário, ou seja, como Estado que chama para si não apenas as tarefas de regulador da vida social, mas também de promotor direto de todas as obras de infraestrutura indispensáveis para o desenvolvimento da empresa capitalista moderna” (p. 96). A autora também pontua os limites da política burguesa industrial, que era incapaz de resolver o problema agrário pois não liquidou os latifúndios por meio de uma reforma agrária.

organizada no sentido clássico, o autor levanta a hipótese de ter ocorrido uma revolução burguesa sem burguesia, e discute até mesmo a realidade de uma burguesia industrial no Brasil. Assim como Prado Júnior anteriormente citado, o autor também justifica a existência no período colonial de certo “espírito capitalista” que incentivou transformações como a Independência. Este processo teria raízes na colonização, expressando uma solução conservadora diante das questões colocadas, isto é, representou uma “modernização conservadora” compactuada entre as elites, sobretudo agrárias, com base na exclusão de negros e indígenas, que eram a todo momento diminuídos em sua capacidade de fazer história por meio de rupturas. Em suma, a mudança recaiu no fato de que “aqueles latifundiários do passado metamorfoseados em burgueses, que escravizaram negros em seus engenhos de açúcar, agora querem o trabalho livre para fazer prosperar suas fazendas de café, novo filão de ouro da economia do país” (SILVA, 2014, p. 70).

É o que Bamberger (2013) vai chamar de hegemonia comprometida, em que o poder das burguesias nacionais conquistado ao longo da revolução burguesa delimita o funcionamento do capitalismo nos países dependentes, onde se realiza um pacto entre interesses contraditórios que propicia e limita o desenvolvimento industrial, dada sua submissão ao imperialismo. Diante disso, a autora destaca o proletariado industrial como “única classe capaz de questionar a perspectiva burguesa de desenvolvimento e oferecer uma alternativa diferente – a socialista – ao conjunto da sociedade e, em especial, ao campesinato” (2013, p. 85).

### ***3.3 Relação capital/trabalho e o Estado***

Conforme apresentado, o traço que unifica a história das nações latino-americanas é sua condição de colônia dada pela expansão dos impérios português e espanhol sobre seus territórios desde o século XV submetendo suas economias e povos, seguindo assim mesmo após as independências, em que os países da América Latina permaneceram sob dominação externa. Assim, fica clara a condição de dependência que caracteriza as relações sociais de desenvolvimento de países como o Brasil, sendo aprofundada pelas mãos do Estado como expressão dos interesses das classes dominantes, e pelas quais o capital estrangeiro passa adentrando a economia brasileira nos setores erguidos em volta da exportação. Em termos gerais, o Estado:

(...) é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente

ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LENIN, 2010, p. 27)

Como também, em todas as fases, a ação estatal<sup>16</sup> se orientou no sentido de garantir a expansão capitalista:

Essa concepção colabora para a perspectiva de que o Estado se vincula necessariamente à estrutura que representa, atuando como agente da expansão do modo de produção e de organização do capitalismo que se encontra em funcionamento. Ao mesmo tempo, determinado pela estrutura que o desenvolveu, ele se torna a forma concreta das determinações históricas e estruturais que o engendrou. Pode-se reafirmar que a natureza do Estado é, portanto, a consequência real do tipo de sociedade a que está vinculado. (PAIVA, et al., 2018, p. 13)

Deste modo, entende-se que a subordinação dos países periféricos aos centrais impõe especificidades ao Estado, ao passo que tem sua soberania limitada pelo capital internacional e atua junto deste contra os interesses nacionais, entregando riquezas e usando da força contra o próprio povo, submetendo-os ao trabalho mais precarizado, isto é:

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista. O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores. (OSÓRIO, 2014, p. 203)

Compreendendo a exploração no capitalismo como a apropriação pelo capitalista do mais-valor criado pela força de trabalho no processo de produção (valor maior que seu valor enquanto mercadoria), a superexploração seria um modo particular

[...] uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste anormal\*, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. (OSÓRIO, 2013, p. 49)

Ou nas palavras de Marini, ao descrever os mecanismos que caracterizam essa forma de exploração:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento

---

<sup>16</sup> Marx também descreveu n’O Capital a dinâmica pela qual a dívida pública foi impulso fundamental para a acumulação primitiva, cujos recursos via empréstimos financiaram o avanço produtivo e propiciaram a expansão capitalista, onde o Estado atuava como credor (podendo-se traçar um paralelo com a atualidade), além de responder às lutas travadas entre a burguesia e o proletariado que surgiam como classe (PAIVA, et al., 2018).

da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer do prolongamento da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de haver criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Haveria de assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal, pelo qual o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 1973, p. 38-39)

Isto é, na economia mundializada, em que se complica a produção de valor dada a alta concentração e centralização do capital, a superexploração aparece como forma de abater tais perdas, transformando o preciso fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, como Marx já descreveu n' *O Capital*. Mesmo que a superexploração possa ocorrer nos países centrais em épocas de crise, se mostra estruturante da forma latino-americana com que o capital se reproduz. Diferente dos países centrais em que preponderou a mais-valia relativa sobre a absoluta e se formou um mercado interno com a integração dos trabalhadores, com o fim do período colonial a América Latina manteve o foco para o mercado externo onde não se conta muito com o consumo local dos trabalhadores, explicitam os autores:

Esse padrão foi reforçado por outro importante processo. Os desiguais graus de produtividade entre as nações, tanto num mesmo ramo como em diferentes, além dos monopólios, permitiram aos países centrais se apropriar de um valor originalmente produzido nas economias dependentes. Esse fenômeno, identificado inicialmente pelo economista argentino Raúl Prebisch, no âmbito do comércio internacional, através do conceito de trocas desiguais, na verdade é muito mais profundo, e envolve aspectos da produção (diferentes composições orgânicas de capital, por exemplo) e circulação (existência de monopólios e patentes), constituindo-se de fato num processo de transferência de valor das economias dependentes às economias imperialistas. (RIBAS; DA SILVA, 2018, p. 8)

Assim, percebe-se que na América Latina o padrão de reprodução do capital é definido, de forma concomitante e contraditória, pelo capital internacional em relação com seus parceiros locais, atuando sempre acima das necessidades das nações e seus povos. As autoras também defendem, com base em Mandel, que o período expansionista dos monopólios contou necessariamente com a superexploração dos trabalhadores, que desenvolveu a internacionalização da produção com as empresas multinacionais cuja produção se dá de forma cada vez mais centralizada e concentrada, aprofundando contradições que não esporadicamente resultam em crises:

Apresenta-se uma espécie de ciclo vicioso, onde não há espaços de investimento produtivo com liquidez solúvel; e dominação financeirizada que pressiona as contas



públicas, o trabalho e economia material. Essas contradições, ao se materializarem em crises cíclicas do capital, nos apresentam os limites da sociabilidade do capital, que se reproduz, com cada vez maiores dificuldades, no contexto da barbárie. E em meio a todo esse processo, as políticas sociais, elemento material que implica dialeticamente na reprodução ampliada do capital e na reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, sofre importantes modificações na sua conformação, expressam os interesses do capital e as necessidades dos trabalhadores nas correlações de força no interior do aparelho Estatal. (RIBAS; DA SILVA, 2018, p. 11).

Por conseguinte, entende-se que o trabalhador latino-americano não é o mesmo tal operário dos países centrais, o que vai incidir na forma que as políticas sociais tomam no capitalismo dependente que diferem dos Estados de Bem-Estar daqueles outros, constituindo uma classe trabalhadora que sofre em grande parte com a desproteção social, longas jornadas de trabalho pesado, com a informalidade e o desemprego. Diante disso, os ajustes fiscais “desempenham um papel estratégico na finalidade de garantir o pagamento e o sistema da dívida” sem limites (PAIVA et al., 2018, p. 15), em que o Estado constantemente emprega mecanismos<sup>17</sup> interessantes ao capital e que implicam no desfinanciamento dos serviços públicos através do discurso de “controle de gastos e déficits orçamentários”.

Cabe ainda salientar as condições privilegiadas que as empresas estrangeiras encontraram aqui, dado sua tecnologia avançada que permite o aumento da produtividade e extração de mais-valia acima da concorrência local, além dos estímulos provenientes dos mecanismos acumulativos da dependência que se referem à imprescindibilidade do capital estrangeiro para o andamento do capitalismo dependente, segundo Bamberger:

Esses mecanismos, em espiral, derivam da forma como as empresas imperialistas funcionam: dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa de lucros, que aumenta indiretamente através dos pagamentos de royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia. Esta descapitalização se reflete nos déficits do balanço de pagamento. Para suprir esses déficits são requeridas “ajudas” externas, por meio de empréstimos. Os empréstimos aumentam os serviços da dívida externa e esta aumenta ainda mais os déficits, aumentando progressivamente a necessidade de mais capital estrangeiro. Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros (2013, p. 143).

Não menos importante, segundo Bamberger, é a dependência política que se ergue para justificar e manter a dependência econômica dos países periféricos, cujas classes dominantes sempre estiveram subordinadas e, na idade dos monopólios, foram ainda mais submetidas às decisões imperialistas sob o égide do capital estrangeiro. Frente a isso, a burguesia nacional de

---

<sup>17</sup> Como se observa na aderência do Brasil ao Consenso de Washington e, recentemente na Emenda Constitucional N. 95 e nas consecutivas contrarreformas trabalhistas e da previdência.

tais nações acabou por aceitar sua condição de “dominante-dominado”, por entender que enfrentar o imperialismo implicaria em negar seu próprio caráter de classe dominante e bater de frente com a ordem capitalista. Sendo um necessário ao outro, fica claro que a resolução do “problema nacional” só é possível por meio de um processo revolucionário de superação da ordem atual que impede o desenvolvimento dos países da América Latina:

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes (BAMBIRRA, 2013, p. 217).

Diante disso, entende-se que são justamente os elementos da formação social, em especial da revolução burguesa do Brasil com a consolidação do capitalismo de caráter dependente, que permitem compreender as formas que a “questão social” assume em diferentes conjunturas e as respostas que mobiliza por parte do Estado, ao que produz inclusive as condições para a institucionalização do Serviço Social brasileiro<sup>18</sup> na idade dos monopólios, como já abordado.

---

<sup>18</sup> Bem como a emergência do Serviço Social latino-americano, salvo suas tendências particulares que escapam o estudo presente mas se mostram importante tema de análise.

#### 4 A “QUESTÃO SOCIAL” E O SERVIÇO SOCIAL

Já se passam mais de quarenta anos do Congresso da Virada, um marco do processo de renovação da profissão, em que vem se disputando a consolidação de um Projeto Ético-político que apreenda o Serviço Social inserido na divisão sociotécnica do trabalho, no chão conflituoso e inconciliável entre os interesses da burguesia e do proletariado sobre o qual assume lado dos trabalhadores, o que deve orientar ética e politicamente sua prática cotidiana. A Lei da Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) são marcos legais desta direção social. Expressam a busca pelo rompimento com o conservadorismo na concepção da sociedade e do significado social da profissão, adotando o método e tradição marxista para a análise da realidade concreta, buscando desvendar o movimento real das dinâmicas próprias do capitalismo que produzem e reproduzem a “questão social”, e se aliando teórico e politicamente na luta por uma nova sociabilidade.

Entretanto, é sabido que as vitórias oriundas do forte movimento dos trabalhadores nos anos pós-ditadura são ameaçadas pelo avanço do neoliberalismo no Brasil, o que significou a redução da ação do Estado frente à “questão social” num amplo processo de privatização da coisa pública e elevação do capital financeiro. A redução dos gastos com políticas sociais é vendida como solução para o pagamento de dívidas que a população desconhece a origem, ao passo que é estimulada a produzir e competir entre si cada vez mais, buscando vencer individualmente numa sociabilidade mercantil adoecedora. É neste quadro, em que se insere o Serviço Social e as mediações necessárias para a efetivação do Projeto ético-político.

Nas últimas décadas, é reconhecido também o acúmulo de debate acerca da formação profissional em serviço social, muito estimulado pelas entidades da categoria (Conjunto CFESS/CRESS, a ENESSO e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e pelo crescimento de escolas de pós-graduação da área, que vem se preocupando com um processo formativo que dê conta não apenas de preparar para o emprego, mas que seja capaz de capacitar profissionais a responder às exigências do atual período histórico, mobilizando teoria e instrumentos no sentido da democratização, da universalização dos direitos e da construção de uma nova hegemonia.

Cabe ressaltar que a formação inscreve-se num contexto maior de precarização da educação, em que grandes oligopólios da educação privada se consolidam cada vez mais, formando grande parte das assistentes sociais na modalidade à distância, fugindo das Diretrizes formuladas no âmbito da categoria e tendo um olhar tecnicista e acrítico sobre a realidade nacional e os dilemas latino-americanos, principalmente neste momento em que o ensino

remoto é realidade na maioria das universidades e faz avançar a lógica mercantil.

A partir das novas requisições colocadas ao assistente social, percebe-se a necessidade de avançar cada vez mais nas discussões referentes à “questão social” brasileira, compreendendo-a em relação ao processo geral de desenvolvimento e acumulação capitalista e de forma particular como país latino-americano, e de empreender um esforço teórico que venha a contribuir para a análise crítica da realidade social na área do Serviço Social, dando base para a intervenção qualificada da profissão no enfrentamento à “questão social” em seus novos desdobramentos, bem como para pensar as possibilidades de sua superação.

#### ***4.2 Requisições profissionais frente à “questão social”***

É no contexto de desenvolvimento do capital e da indústria, com a conformação do proletariado e da burguesia enquanto classes fundamentais, e as transformações no âmbito do poder e seus representantes por meio do Estado, que a “questão social” assume novas formas e se torna base para a emergência de profissionais como o assistente social no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

A escolha por compreender o surgimento do Serviço Social a partir das condições concretas em que este agente é requisitado implica, ao mesmo tempo, a recusa da tese que justifica a profissão apenas numa continuidade que ligaria suas protoformas à sua profissionalização, por meio da organização da filantropia e do avanço técnico acumulado. Mesmo que a influência da Igreja católica seja presente em todo esse processo, tal constante não explica por si só os fundamentos que legitimam o Serviço Social como profissão inscrita na divisão do trabalho.

Por outro lado, é a relação de ruptura que vai ser categórica no processo de profissionalização, ao passo que os agentes se afastam das protoformas e vão adentrando o mercado de trabalho, se submetendo à sua lógica e exercendo funções ditadas por organismos externos. Conforme Netto (1992), há um rompimento com as formas tradicionais, pois a partir daí o Serviço Social é convocado a desenvolver ações de propósito determinado na divisão sócio-técnica do trabalho, o que foge à vontade voluntária de seus agentes que outrora foram movidos por seus valores ético-morais:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, política e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho

na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. (NETTO, 1992, p. 73)

Denota-se que essa passagem não significa a quebra total com práticas e referenciais anteriores, pois há uma manutenção e atualização destas sob o novo significado social da profissão. Diante das condições sócio-históricas regidas pelos monopólios, fez-se necessário agentes técnicos para atuarem no enfrentamento do Estado burguês à “questão social”, formularem e implementarem as políticas sociais, entre os quais o assistente social é colocado como executor. É no estabelecimento do Serviço Social no mercado em que se percebe a relação da ruptura com a continuidade, uma vez que o conservadorismo é retomado e adequado pelos organismos (públicos e privados) para controlar a força de trabalho e garantir a manutenção da ordem monopólica (NETTO, 1992, p. 75).

O Serviço Social não atua, portanto, diretamente no processo produtivo, e sim junto de outras profissões na garantia de condições ao seu processo geral de reprodução, sendo contratado por instituições de diferentes naturezas para intervir em situações sociais determinadas, o que em última instância reproduz o entendimento da “questão social” como refrações isoladas e passíveis de psicologização em ações individualizadas:

Mais que este lastro [...], conta na sua dimensão e funcionalidade simbólicas o investimento estratégico do projeto de classe dominante e decisivo no interior da burguesia quando da emersão do monopólio – enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem. (NETTO, 1992, p. 77)

Em suma, o assistente social passa a ter sua força de trabalho mercantilizada (diferente da atividade voluntária), sendo demandado e remunerado por empregadores que não são o público de sua intervenção, ou seja, ele não é requisitado diretamente pelos trabalhadores, e sim pelos patrões (empresas ou Estado) para atuar manipulando os problemas da população, influenciando sua conduta e amenizando os conflitos de classe através de serviços que, tanto asseguram as condições de vida para a extração de mais-valia quanto reafirmam o poder político:

É pouco importante indagar em que medida o processo de intervenção profissional de fato realiza esta manipulação; o que conta é que ela se apresenta idealmente como o escopo do assistente social: toda operação sua que não se coroa como uma alteração de variáveis empíricas (sejam situacional-comportamentais, individuais, grupais etc.) é tomada como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e

preparatórios. O curso da intervenção profissional está dirigido para ela e deve resultar nele. Não por azar, o traço de intervenção do Serviço Social é frequentemente identificado com uma tal alteração – que a formulação tradicional subsumiu na rubrica do “tratamento”. (NETTO, 1992, p. 97)

Embora esta tendência prepondere ao articular velhos e novos elementos no sentido do projeto conservador da burguesia como classe dominante, a atuação do assistente social não é puramente cooptada por ela, exatamente por se constituir na dinâmica conflituosa das relações sociais de determinado momento, reproduz também interesses opostos ao participar tanto dos “mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 75). Assim, mesmo que o Serviço Social tenha surgido para atender a um projeto de classe específico, não passa ileso ao movimento do capital x trabalho:

A estrutura mesma dessa profissionalidade, todavia, contém possibilidades que oferecem efetivas margens para movimentos alternativos no seu interior: nas mediações que o Estado vê-se compelido, pela ação de classes e frações de classes, a introduzir no trato sistemático das refrações da “questão social”, o Serviço Social pode desincumbir-se das suas tarefas contemplando diferencialmente os vários protagonistas sócio-históricos em presença. A opção por um tratamento privilegiado de qualquer um deles, porém, não é função de uma escolha pessoal dos profissionais – ainda que a suponha, é variável da ponderação social da força polarizadora dos protagonistas mesmos. (NETTO, 1992, p. 79)

Por conseguinte, faz-se possível firmar um projeto profissional que fortaleça estrategicamente um desses pólos, mobilizando na prática teoria e forças, entendendo que:

[...] a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional (e dos papéis a ele vinculados) se opera mediante intercorrência de um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber. (NETTO, 1992, p. 89)

Diante disso, Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006) evoca a categoria gramsciana de intelectual orgânico para tratar do possível papel do Serviço Social como um ator cotidianamente ligado aos grupos sociais, organizando seus trabalhos na construção de uma hegemonia de classe para a conquista do poder:

Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização

dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro dos limites socialmente estabelecidos. Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas: aí o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política dessa prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 96)

Em síntese, a institucionalidade erguida diante do amadurecimento da sociedade burguesa não é simples resultado das imposições dos monopólios, na verdade está se desenhando no bojo da luta de classes, em que os diferentes projetos e seus protagonistas ganham ou perdem espaço. O Estado é peça fundamental nesse processo, na medida em que atua garantindo a valorização do capital, bem como incorporando as demandas dos trabalhadores, numa dinâmica conflituosa que perpassa as políticas sociais no enfrentamento à “questão social”. Para tratá-la além da coerção, são requisitadas nossas profissões, como o serviço social, que terá sua intervenção pautada pelos interesses das instituições, vendo os problemas da vida social como autônomos e naturais, resgatando o conservadorismo de suas formas anteriores e repondo-o à favor da burguesia monopolista.

Não obstante, conforme se dá a profissionalização do assistente social e as disputas constitutivas das políticas sociais, se dá também a abertura para o rebatimento de projetos diferentes no referencial teórico-político do serviço social. Sendo sua atuação polarizada pelos interesses antagônicos fundamentais da sociedade do capital, evidencia-se a viabilidade de se construir – enquanto categoria aliada aos demais setores trabalhadores e num trabalho diário próximo aos usuários dos serviços –, uma direção profissional voltada ao fortalecimento do poder desta classe: “Trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes na circunstância de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 122).

### ***4.3 Possibilidades a partir do processo de renovação***

O fim da Segunda Guerra Mundial significou uma nova etapa do capitalismo, quando a derrota do nazismo (pelos países aliados, principalmente pela atuação da União Soviética) e a divisão do mundo, entre os blocos socialista e capitalista liderado pelos Estados Unidos, tornou possível a instauração da ordem monopólica e, com ela, a hegemonia estadunidense global:

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o

processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas multinacionais que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento às técnicas e metodologias científicas. (BAMBIRRA, 2013, p. 123)

Tal expansão capitalista, propiciada pela guerra, atingiu em cheio a América Latina, alterando o caráter da dependência com a injeção do capital estrangeiro (principalmente dos Estados Unidos) no setor manufatureiro, o que vai acarretar, segundo Bamberra (2013): no controle internacional das novas indústrias; na centralização da economia pelos monopólios; na desnacionalização dos meios de produção; e na articulação dos interesses estrangeiros aos dominantes locais. Fatores estes que reorientaram a dominação interna dos países latino-americanos no sentido do “abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo” (p. 126) e da adoção de meios que facilitam a entrada do capital estrangeiro, seguindo as orientações econômicas e políticas de organismos como o FMI a OEA:

É assim que, frente à paulatina integração das classes dominantes ao imperialismo, produz-se a ruptura de esquemas nacionalistas e de “concessões” para as classes populares, que as burguesias latino-americanas preconizavam e, até certo ponto, realizavam. Por isso mesmo, o movimento popular tende a se radicalizar e a levantar reivindicações que chegam a ser insuportáveis nos marcos da legalidade burguesa do capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2013, p. 127)

A influência do ideário estadunidense pós-guerra é marcante na metodologia empregada pelo Serviço Social para responder às questões colocadas naquela conjuntura, cuja perspectiva desenvolvimentista de cunha ético-reformista era parte do propósito de disseminação mundial dos valores dominantes que chegam a América Latina pela teoria de Mary Richmond, embasando uma prática profissional fragmentada:

Tratava-se da implantação de técnicas que se baseavam numa proposta integradora e reformista, sustentadas na concepção do individualismo liberal e numa visão de mundo pequeno-burguesa de sociedade (Neves, 1990), em nome de um suposto bem-estar social. Não era objetivo de intervenção profissional a questão da consciência social do indivíduo – naquele momento chamado de cliente –, mas apenas disseminar a ideia de um progresso desenvolvimentista. Defendia-se uma proposta interventiva centrada na ideia de educar o cidadão, grupo ou comunidade para integrá-los à promessa de desenvolvimento e progresso. (SILVA, 2014, p. 122)



Não obstante, as transformações impactaram também as classes dominadas, que se veem desamparadas na crise econômica e na consecutiva instauração de ditaduras militares por toda América Latina, como no caso brasileiro com o recrudescimento da repressão estatal e a ilegalidade dos instrumentos organizativos dos trabalhadores em 1964. A dominação externa elevada pelo imperialismo (FERNANDES, 2019) e sustentada pela autocracia burguesa fica evidente nas ditaduras promovidas nos países latino-americanos, onde os trabalhadores se erguem em revolta.

O período de intensas lutas sociais permitiram a renovação dos aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social na América Latina (SILVA, 2013), visto que as novas expressões da questão social impuseram a necessidade de renovar a base teórica da profissão para dar conta de responder à complexa realidade social. O processo de reconceituação no Brasil envolveu diferentes tendências:

Netto (1991) nomeia essas tendências de modernizadora (década de 1960), sustentada teoricamente pelo funcionalismo e positivismo e que representa a fase tecnicista da profissão; reatualização conservadora (meados da década de 1970), que se propõe a um debate (equivocado) com a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty na negação tanto do positivismo como do marxismo - seria uma terceira via; e a intenção de ruptura (anos 1980) que se aproxima de forma enviesada da tradição marxista, mas que consolida uma nova fase no desenvolvimento da profissão, qualificando seu debate teórico-metodológico. (SILVA, 2014, p. 132)

O movimento de reconceituação, mesmo passível de críticas<sup>19</sup>, teve saldo significativo para o legado crítico do Serviço Social, acumulando condições para a ruptura com a forma tradicional da profissão, posição que conquista hegemonia ao passo que o debate marxista adentra as instâncias da categoria e o movimento dos trabalhadores naquele contexto. O principal propósito do movimento era romper com as bases conservadoras da profissão, reconhecendo as contradições e lutas em que se insere enquanto trabalhador e colocar-se “a serviço dos setores das classes populares, demarcando uma nova dimensão política na prática profissional e a necessidade de novos referenciais teóricos” (SILVA, 2014, p.137).

Também cabe salientar a criação do Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho

---

<sup>19</sup> As críticas ao movimento de reconceituação já foram bastante elaboradas pelo Serviço Social, seja pela discussão em que Netto aponta a aproximação enviesada ao marxismo implicando na redução manualesca do método crítico dialético e na supervalorização da ação político-partidária (o que não impede uma nova interlocução entre Serviço Social e marxismo); seja em questões como “voluntarismo, teoricismo, militantismo, messianismo etc. Para Iamamoto, a maioria dos problemas atribuídos ao movimento de reconceituação resultou de um domínio estéril da teoria, desvinculado do cotidiano profissional. Somado a esse desvio tem-se o voluntarismo, que levou - e pode continuar levando - os profissionais a procurarem soluções mágicas para situações concretas postas na ação profissional” (SILVA, 2014, p.137).

Social (CELATS) na década de 1970 e seu posicionamento crítico à dependência da América Latina, o que evidencia a importância de manter e aprofundar a herança marxista na profissão, tornando possível compreender as mudanças no mundo do capital e trabalho e encarar as questões que se colocam para o assistente social como profissional assalariado.

Na atualidade, são sentidos os efeitos da dita “globalização” sobre a realidade brasileira, em que os investimentos financeiros são priorizados em detrimento da vida dos trabalhadores. A fusão entre o capital industrial e bancário resultou no domínio do capital financeiro sobre todas as áreas, fase superior chamada por Lênin de imperialismo e caracterizada pela:

1) A concentração da produção e do capital, atingindo um grau tão alto de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham papel decisivo na vida econômica; 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, sobre a base deste “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) A exportação do capital, diversamente da exportação de mercadorias, adquire uma significação particularmente importante; 4) Formam-se as uniões monopolistas internacionais de capitalistas, que dividem o mundo entre si; 5) Termina a divisão territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 2003, p. 253)

Segundo Iamamoto (2015, p. 114), o mercado global unificado tende à homogeneização do capital, das formas ideológicas de dominação e dos meios de consumo, o que se dá atrelado à desigualdade heterogênea entre as economias das nações. Tal mundialização implica em processos como a reformulação do Estado, a reestruturação produtiva e o redimensionamento da “questão social”, que é reduzida aos “processos de exclusão e integração social, geralmente circunscritos a dilemas da eficácia da gestão social; à ideologia neoliberal<sup>20</sup> e concepções pós-modernas, atinentes à esfera da cultura”. Neste sentido ocorrem grandes transformações nas relações entre Estado e sociedade orientadas pelo ideário neoliberal:

[...] traduzidas nas políticas de ajustes recomendadas pelo “Consenso de Washington” (Baptista, 1994). Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos

<sup>20</sup> Cabe salientar que a “[...] primeira etapa da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros (de 1982 a 1994) teve na dívida pública seu principal ingrediente. O poder das finanças foi construído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos Títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a indústria da dívida. A dívida pública foi e é o mecanismo de criação de crédito; e os serviços da dívida, o maior canal de transferência de receitas em benefício dos rentistas. Sob o efeito das taxas de juros elevadas, superiores à inflação e ao crescimento do produto interno bruto, o endividamento dos governos cresce exponencialmente. O aumento da taxa de juros representa uma solução de partilha da mais-valia a favor da oligarquia financeira rentista, permitindo sua redistribuição social e geográfica. O endividamento gera pressões fiscais sobre as empresas menores e receitas mais fracas, a austeridade orçamentária e a paralisia das despesas públicas (incentivos e créditos à indústria e agricultura, políticas sociais e serviços públicos, entre outros)” (IAMAMOTO, 2015, p. 117). Estas dinâmicas do capitalismo financeiro explicam as atuais propostas de contrarreforma pelo Estado balizadas no suposto “déficit da previdência” que na realidade não existe, a seguridade social não está deficitária, o que ocorre é a “desvinculação de recursos desse orçamento realizado pela União para compor sua estratégia de superávit fiscal primário a partir de 1999 por força dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FM), em decorrência da dívida pública” (Op. cit., p. 202).

interesses privados articulados dos blocos do poder, sob inspiração liberal, conclama-se a necessidade de reduzir a ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes majorias mediante a restrição de gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetidos aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, a favor do grande capital financeiro em nome de honrar os compromissos do Estado com as dívidas interna e externa. (IAMAMOTO, 2015, p. 144)

Diante deste contexto em que a “questão social” é muitas vezes naturalizada, transformada em objeto de ações assistencialistas e focalizadas, reforça-se a perspectiva que a entende como caso de polícia, em que o Estado prioriza a repressão das expressões da classe trabalhadora sobre ações sistemáticas de resposta às suas necessidades. Neste sentido, a renovação do serviço social brasileiro tem sido perpassada por amplos desafios relacionados:

i) ao plano histórico-conjuntural mais amplo das práticas das classes sociais e da ação do Estado, que possui na penetração do neoliberalismo no Brasil um elemento central; ii) às redefinições da política neoliberal na agenda da política social, em particular na educação, tensionando para que nesta prevaleça um modelo pautado na pedagogia das competências e no neotecnicismo (Saviani, 2008); iii) a um período de descenso das lutas de massas, um refluxo na luta popular entre os anos 1990 e início dos 2000, ao contrário do efervescente período do fim dos anos 1970 e 1980 em meio à crise terminal da ditadura – contexto crucial, aliás, no desenvolvimento da vertente de intenção de ruptura (Netto, 2011); iv) às novidades do neodesenvolvimentismo na década 2000, particularmente no contexto da Universidade e na formatação da política social; v) às mudanças emblemáticas no processo de formação profissional de assistentes sociais, determinadas, em razoável medida, pelos rumos assumidos pela política educacional no País, a conformar um complexo e contraditório pêndulo entre a ampliação do acesso e a precarização como tendência mundial nas políticas sociais (Albuquerque; Pereira, 2016); vi) ao avanço do conservadorismo que interpela as políticas sociais, o exercício e a formação profissional. Uma realidade, portanto, cada vez mais heterogênea no processo formativo de profissionais (expansão das presenciais públicas, mas sobretudo das presenciais privadas e do ensino à distância...), sendo as duas últimas mais tensionadas pelo tecnicismo, pelo pragmatismo e pela formação metodologista, associada à ideia de que a formação profissional é, pura e simplesmente, a preparação para o emprego. (MEDEIROS, et. al., 2019, p. 139-140)

Tais elementos, embora representem grande dificuldade ao fazer profissional, são também aspectos que reafirmam a atualidade do projeto ético-político, evidenciando os limites e possibilidades no enfrentamento à “questão social”, que só é possível a partir de uma formação crítica que suscite a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc (ABEPSS, 1996, p. 11). Desta forma, colocar a “questão social” como transversal na formação e exercício do assistente social não parte da vontade de alguns poucos intelectuais, e sim da necessidade de compreender a

profissão situando-a na realidade brasileira, em suas determinações e processos constitutivos, num esforço constante de articulação entre teoria e prática indissociável “da investigação permanente, condição para se imprimir agilidade e competência crítica ao desvendamento dos processos sociais, assim como para elucidar as situações concretas vivenciadas pelos indivíduos sociais, na sua objetividade e subjetividade, que se apresentam como desafios aos profissionais de Serviço Social” (IAMAMOTO, 2015, p. 194).

Nesta perspectiva de análise, as reflexões trazidas até aqui possibilitam dizer que vivemos hoje – sob o imperialismo e hegemonia estadunidense – em um constante processo de “adaptação às novas formas<sup>21</sup> de colonização e dependência” (SILVA, 2014, p. 148), na qual ainda impera o “dilema latino-americano” que questiona a possibilidade destes países atingirem a integração nacional e sua autonomia no capitalismo:

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados. (FERNANDES, 2009, p. 34)

Referente ao enfrentamento ao imperialismo e a superação do subdesenvolvimento, Fernandes (2009) aponta duas possibilidades, quais sejam: a realização de uma revolução dentro da ordem, ou seja, um conjunto de reformas que dariam condições concretas de transpor a relação de dependência estrutural; ou uma revolução socialista contrária ao capitalismo dependente, de forma radical e pelas mãos da população, salientando que esta seria a verdadeira saída para o dilema das nações latino-americanas. E é nessa direção que o Serviço Social brasileiro indica orientar-se ao afirmar em seu Código de Ética (1993) o compromisso com a construção de uma nova sociabilidade livre exploração e toda forma de dominação, sendo inclusive vanguarda dos demais países. Assim, reafirma-se a importância do assistente social atuar junto dos demais setores populares e seus instrumentos organizativos, contribuindo na

---

<sup>21</sup> São indicativos desta dependência: “[...] o controle inflacionário como imposição do sistema financeiro internacional; negociação da dívida para facilitar novos empréstimos; desregulamentação dos mercados locais; exclusão dos novos mercados transnacionais; captação de recursos sobranes de outros mercados; desvalorização da nossa moeda em relação ao dólar; desconcentração do nosso espaço econômico; altas taxas de juros fragilizando nosso sistema bancário; desmonte da cadeia produtiva com demissão em massa e desemprego estrutural; desnacionalização da economia com baixas taxas de investimentos” (SILVA, 2014, p. 148).

mediação entre as pautas específicas e as lutas mais amplas da classe trabalhadora, que passam e extrapolam a garantia de direitos na sociedade capitalista, mas que pressionam o Estado no atendimento das necessidades sociais da maioria, enquanto se produzem as condições para sua efetiva tomada de poder.

Portanto, evidencia-se a pertinência dos documentos que conjugam o Projeto ético-político profissional, que iluminados pela teoria social crítica dão base e método para a compreensão dos desafios atuais, que combinam elementos do passado colonial com a barbárie que se acentua sob o capitalismo financeiro, bem como para pensar a profissão em seus limites e possibilidades frente aos problemas latino-americanos que se expressam no Brasil de forma particular:

Ora, é um equívoco atribuir e restringir a emancipação humana à esfera da defesa de direitos, embora defendê-los seja uma necessidade histórica. Ao mesmo tempo, atribuir às profissões e aos profissionais que eles não podem realizar (a emancipação humana) é outro erro messiânico, o que não significa que essas instâncias não tenham nada a contribuir ao acúmulos de forças comprometidas com a emancipação humana [...] (SILVA, 2013, 197).

Diante do avanço do capital em todos os âmbitos da vida social, o presente trabalho reafirma a atualidade do projeto profissional e a necessidade de seu aprofundamento, ligado a uma formação profissional que propicie o conhecimento da realidade nacional numa perspectiva totalizante, que dê conta de apreender a “questão social” brasileira nas particularidades enquanto país latino-americano e suas expressões atuais que combinam elementos do passado e presente. Pois defende-se que, só a partir da apropriação do legado do pensamento social brasileiro e crítico da profissão e das ciências sociais como um todo, é possível seu aprimoramento para a construção de respostas coletivas aos desafios colocados, aprofundando a direção anticapitalista expressa no Projeto ético-político, uma vez que “(...) as explicações obtidas também influenciam os movimentos da sociedade, à medida que a teoria se transforme em força real ao ser incorporada pelos sujeitos em suas ações” (IAMAMOTO, 2015, p. 468).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o quadro de recessão da economia internacional que impõe desdobramentos severos sobre a América Latina e que reacende o debate sobre a “questão social” dentre as Ciências Sociais, é nítida a apreensão de expressivos rebatimentos no Serviço Social, os quais ganham impulso pelo processo de renovação profissional na década de 1990. Iamamoto (2015) destaca que este movimento não se deu pela importação de preocupações européias de cunho liberal, e sim pelo diálogo entre a tradição marxista e o ideário conservador clássico e contemporâneo da Europa.

A partir da lei geral de acumulação capitalista formulada por Marx ao analisar a sociabilidade burguesa, é possível identificar a gênese da “questão social”, que não se restringe à distribuição desigual de renda, mas se constitui no interior das relações de produção capitalista, pelas quais a riqueza produzida socialmente por muitos é apropriada por alguns poucos capitalistas, cada vez mais concentrada, gerando na proporção equivalente a concentração de riqueza e o crescente pauperismo das massas trabalhadoras. Evidencia-se pela primeira vez com a Revolução Industrial na Europa, a relação diretamente proporcional entre pobreza e a capacidade de se produzir riquezas, que necessita de um amplo segmento de pessoas desempregadas a fim de garantir um processo cada vez maior de valorização do capital. Torna-se inegável o antagonismo entre as classes sociais e seus interesses, contradição que ganha visibilidade na superestrutura política ao passo que as classes se reconhecem como si e se debatem ao longo da história em diferentes contextos.

A partir disso, constata-se que a “questão social” brasileira é produto das contradições próprias da ordem burguesa, como sinônimo da luta de classes cujas raízes históricas se constituem na formação sócio-histórica do país e das crises engendradas em seu desenvolvimento, envolvendo o campo e a cidade. Como os demais países latino-americanos, o desenvolvimento do capitalismo aqui passou pela colonização, que deixou marcas profundas nas relações sociais que se estabelecem voltadas aos interesses externos de expansão. Aponta-se que mecanismos como o escravismo, o racismo, o etnocídio e a superexploração que surgem no período colonial foram dinamizados em outras conjunturas, cujas bases de sustentação foram mantidas pelas elites mesmo após a Independência em acordos “pelo alto” que excluíram os interesses populares dos caminhos da nação.

Assim, visualiza-se que a industrialização foi levada a cabo pela classe operária, formada em maior medida por trabalhadores imigrantes assalariados, dada a exclusão promovida dos negros recentemente libertos. Todavia, com o crescimento do mercado interno

e o anseio monopolista, aumenta também a pauperização, isto é, a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social já descrito n'O Capital. Diante dos conflitos de marca colonial e tardia que permeiam tais relações sociais, explode a dita “questão social”, que demanda a atuação do Estado e, conseqüentemente, de profissionais como o assistente social para lidar com os problemas levantados pelo operariado urbano, principalmente (SILVA, 2013).

Conclui-se que o Estado, de forma geral, é subordinado às necessidades mundiais de acumulação do capital, sendo peça fundamental na manutenção e dominação de tal ordem frente toda a sociedade, respondendo às lutas travadas pela classe trabalhadora com intervenções nas áreas sociais e afirmando, impreterivelmente, os interesses das classes dominantes. Embora legalmente a América Latina não se configure mais como colônia, na fase imperialista dos monopólios evidencia-se a atualização da dependência, desta vez sob o sistema capitalista, em que as relações de dominação externa se combinam com as internas, por meio de pactos entre as burguesias locais e estrangeiras, onde os interesses nacionais estão sempre submetidos aos interesses dos países capitalistas centrais.

Enquanto a “questão social” tem sido tratada como sequela ou perigo à ordem e coesão social – sendo reduzida a um problema técnico e moral de gestão –, nota-se que as respostas de cunho neoliberal do capital financeiro às suas expressões tem avançado ferozmente sobre o trabalho, onde os interesses dos grandes grupos internacionais e instituições privadas são representados pelo Estado e prevalecem, tanto na execução de programas focalizadores que retomam o assistencialismo quanto no uso repressivo da força sobre os que ousam lutar por mudanças. É nesse terreno em que o Serviço Social se situa,

[...] na tensão entre reprodução da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham nas múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. (IAMAMOTO, 2015, p. 160)

Entendendo que o assistente social é requisitado para atuar manipulando os problemas da população, influenciando sua conduta e amenizando os conflitos de classe através de serviços, que tanto asseguram as condições de vida para a extração de mais-valia quanto reafirmam o poder político, destaca-se que sua atuação não é totalmente cooptada pela burguesia que a requisita, exatamente por se constituir na dinâmica conflituosa das relações sociais de determinado momento é que reproduz também, pela mesma atividade, interesses

opostos. Demarca-se assim a possibilidade de firmar um projeto profissional que fortaleça estrategicamente um desses pólos, e concorda-se com Iamamoto ao indicar a dimensão política-ideológica (IAMAMOTO, 2015) do Serviço Social e até mesmo o papel de intelectual orgânico, como ator cotidianamente ligado aos grupos sociais na construção de uma nova hegemonia.

Os estudos aqui analisados mostram como a apreensão das condições objetivas da classe trabalhadora, por meio da configuração geral e particular da questão social em nossa formação sócio-histórica concreta, é fator decisivo também para decifrar e incidir no processo político, cujas respostas elaboradas, balizadas pela luta de classes, são encaminhadas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado, como Iamamoto (2006, p.79) explica. Ao Serviço Social, parte desta engrenagem, que é requisitado a agir sobre a questão social nas franjas de suas diferentes expressões e fragmentos, cabe a responsabilidade de interpretá-la criticamente em sua totalidade histórica, de forma a evidenciar suas contradições, que não só incidam sobre o desenho e acessos às políticas sociais, mas que também possam contribuir para novas apreensões e compreensões sobre a realidade social, como classe trabalhadora em sua práxis política cotidiana.

Nesse sentido, as entidades que representam a categoria (ENESSO, CFESS/CRESS, ABEPSS) tem realizado papel importante no enriquecimento do projeto profissional desde o processo de renovação, reiterando seu horizonte estratégico pela emancipação, ressaltando suas limitações enquanto profissão e sua potencialidade enquanto classe trabalhadora quando junto de outros movimentos e entidades que compartilhem dos mesmos objetivos. Suas orientações acompanham as formulações críticas no âmbito da pós-graduação e das experiências profissionais, buscando responder às requisições postas pela realidade social e seus protagonistas. Em conclusão, exige-se para tanto:

[...] compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e modificam. Mas requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2015, p. 208).

Diante da importância do exercício investigativo da realidade para a apreensão concreta dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, avalia-se a possibilidade de dar seguimento ao estudo feito. Levanta-se o indicativo de retomar um objetivo específico que foi



suprimido ao longo do processo da pesquisa, qual seja a realização de um balanço crítico das formulações sobre os fundamentos da “questão social” no Brasil. Após os elementos reunidos aqui, atesta-se a pertinência da “questão social” como central na formação de assistentes sociais, cabendo uma análise das produções teóricas recentes na área do serviço social sobre os fundamentos sócio-históricos da “questão social” brasileira, através de busca no banco de dados das revistas A1 do Serviço Social no período de 2018 a 2021.

Por fim, e de acordo com Netto, destaca-se que a vitória do comunismo sobre a ordem do capital não é garantida, e sim uma possibilidade histórica, uma tarefa de se construir outra organização societária que socialize os meios de produção e propicie o livre desenvolvimento de todos e de cada um; nesse sentido, o fim da escassez colocaria fim ao que chamamos de “questão social”, o que não significa a ausência de problemas sociais a serem resolvidos através da cooperação. De toda forma, a “questão social” que fundamenta e dá sentido à profissão segue atual e implica um caminho aberto para o Serviço Social: “O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto” (NETTO, 2001, p. 49).

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural na América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. **Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, p.77- 87.
- CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.
- FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Luta de raças e de classes**. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. *Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez/Celats, 2006.
- LARA, Ricardo. **Acumulação capitalista e “questão social” nos limites de suas especificidades**. In: *IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. São Luís: UFMA, 2019.
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2003.
- LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. II. Livro I. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. (Série Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. **A realidade brasileira na formação profissional de assistentes sociais**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 130-146, jul./dez. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 1994. Disponível em: <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>. Acesso em: 05 set. 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Temporalis*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008. (biblioteca básica de Serviço Social).

PAIVA, B. A.; MITSUO SEK, T. C. M.; CARRARO, D. **Estado e capitalismo dependente: notas sobre sua processualidade**. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*. Vitória: UFES, 2018.

RIBAS, Ana Carla W.; DA SILVA, Maicon C. **Superexploração do Trabalho: alguns apontamentos a partir da teoria marxista da dependência**. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*. Vitória: UFES, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ivone M. F. **Questão Social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, F. F. S. **Sociedade do Capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate**.

OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Maini. Brasília: Ipea, 2013.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.